

Revista Humanitá

Fundação 1º de Maio • Dezembro 2017 • Edição 1



Humanismo Sistêmico

Uma ideologia para transformar as relações sociais

Política

Ética, moral e corrupção: o que temos a ver com isso?

Artigo Especial

Retratos sobre a violência doméstica e familiar



www.fundacao1demaio.org.br

A Revista Humanitá é uma publicação da Fundação 1º de Maio. Os textos assinados não representam necessariamente a opinião da instituição, e as ideias e informações contidas neles são de responsabilidade de seus autores.

Coordenador do projeto: **Diógenes Sandim**

Colaboradora: **Adriana Peres**

Jornalista responsável: **Edna Aparecida Viana MTB 43456/SP**

Revisão: **Fabiana Giacometti**

Projeto Gráfico e Diagramação: **Agência Frutífera**

Endereço para correspondência:

Rua Antônio Tavares, 173 • Cambuci • CEP: 01542010

São Paulo/SP • Brasil.

Fone: (55 11) 3207.1210

Editorial



Samanta Costa
Presidente da Fundação 1º de Maio

O ECO DE NOSSAS ESCOLHAS

Hoje, passados três anos de atividades de formação política, por meio de cursos, eventos e encontros, com materiais e conteúdos cuidadosamente elaborados e pensados para contribuir com a prática política e cidadã daqueles que acreditam no nosso trabalho, podemos dizer que alcançamos resultados sólidos e consistentes.

A atividade política nos coloca em constante movimento não somente em relação ao que fazemos em contato com o outro, mas também em relação a nós mesmos, e talvez esta seja a grande oportunidade que temos aqui.

Observar atentamente o que está a nossa volta e pensar naquilo que podemos oferecer e em que devemos melhorar tem sido crucial para a realização de ações, e, sem dúvida, as pessoas que participaram das atividades que promovemos contribuíram infinitamente para que isso fosse possível.

A revista *Humanitá* é a consolidação de tudo o que conseguimos construir juntos. É o fruto de três anos de trabalho dedicado e de um sentimento de orgulho pelo que foi produzido. Ela também é um presente que oferecemos aos nossos amigos e parceiros solidários, que tanto se empenham em levar adiante os conhecimentos adquiridos nessa jornada.

Nesta primeira edição, reunimos artigos e entrevistas de maior destaque produzidos e publicados pela Fundação ao longo do ano, como “Retratos da Violência Doméstica e Familiar” e “Decida meu Voto”, que abordam temas fundamentais para a sociedade, como, por exemplo, o combate à violência contra a mulher e o uso de tecnologias digitais em benefício da melhor representatividade política.

A revista também traz textos inéditos que visam incentivar o debate plural de ideias, sobre temas pautados por demandas sociais, como “O Brasil do Futuro está Preparado para a População da Terceira Idade? ”, “Agricultura Familiar e o Aperfeiçoamento da Legislação”, “Educação como Instrumento de Transformação”, e “Ética, Moral e Corrupção: O que temos a Ver com Isso?”.

Você encontrará, ainda, um bate-papo sobre a situação política do país com o deputado federal e presidente nacional do Solidariedade, Paulinho da Força.

Para abrir as portas a essa leitura e motivá-lo a participar dessa construção junto conosco, o artigo “O Humanismo Sistemico: Está em Marcha um Novo Paradigma” apresenta ao público nossa visão de mundo pautada no respeito e na cooperação.

Espero, com toda a equipe da Fundação 1º de Maio, que você possa desfrutar desta revista e se apropriar dos seus saberes, pois ela é mais um passo na trajetória que escolhemos de transformar este país num lugar melhor.

Boa leitura a todos!

Sumário

06

Humanismo sistêmico: está em marcha um novo paradigma

14

Histórico do Partido Solidariedade

18

De Olho no Crescimento do País

22

Reformas e o Estado Liberal

26

Agricultura Familiar e o Aperfeiçoamento da Legislação

29

Decida Meu Voto

32

O Brasil do Futuro está Preparado para a População da Terceira Idade?

36

Ética, moral e corrupção o que temos a ver com isso

41

A Necessidade da Religião na Esfera Política

46

Retratos sobre a Violência Doméstica e familiar

60

A educação como instrumento de transformação e inclusão e seus descaminhos epistemológicos

Humanismo Sistêmico: Está em Marcha um Novo Paradigma

Por Dr. Diógenes Sandim - Diretor Técnico da Fundação 1º de Maio

Nos últimos séculos, a humanidade ocidental esteve influenciada por duas culturas paradigmáticas: a **dogmático-religiosa** e a **científico-mecanicista**; porém, contemporaneamente está em marcha o que podemos denominar **humanismo sistêmico**. Todos esses modelos, para cada período histórico de seus registros, implementaram um jeito particular de ver o mundo, o Universo, e promoveram diferentes estilos de vida, ideologia, valores, educação, formas políticas, economia etc.

Para um melhor entendimento vamos revisitar de forma sucinta cada um deles:

1

PARADIGMA DOGMÁTICO RELIGIOSO.

Esse modo de ver o mundo apareceu no curso de toda a Idade Média até o século XVII aproximadamente.



[...] Este paradigma surgiu da visão da Igreja Católica, impondo explicações, sobre a vida e de tudo no mundo a partir de dogmas, da tradição, da autoridade e da Fé. Neste período estar de acordo com a visão da Igreja era estar no caminho certo [...] Opor-se aos dogmas poderia levar o opositor ao martírio e queimado na fogueira da inquisição. Aqueles poucos que por graça divina foram eleitos para governar a maioria restante formavam uma classe privilegiada tornando-se os donos das terras das terras e dos meios de produção. (Revista Diversidade, 2005, p.43-8.).

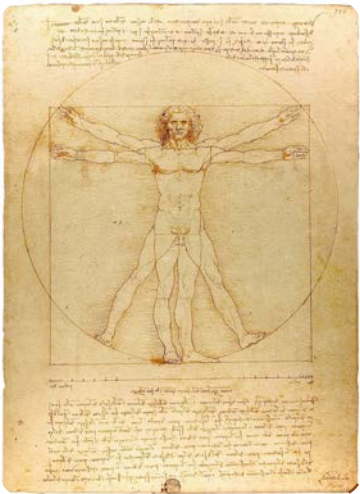
Analisando historicamente esse paradigma, o resultado aparece como algo impeditivo, por muitos anos, para a evolução da humanidade. No entanto, como em tudo, isso não é exclusivamente assim, já que em muitas coisas contribuiu positivamente para a visão espiritual do mundo.

[...] A postura Dogmática Religiosa favoreceu a comunhão do homem com a natureza e com o Universo em geral; se tinha por certeza que a natureza estava viva, os animais e as plantas tinham alma, estavam animados, o mundo estava cheio de toda classe de seres espirituais e psíquicos. A religião da Idade Média era uma espécie de animismo Cristão, na qual consistia acreditar que a natureza é viva. Vários autores concordam em assinalar que este entendimento contribuiu para sacralizar a relação do homem com a natureza, no que seguramente favoreceu o desenvolvimento da dimensão espiritual [...] durante este período o tema central da existência humana foi sua relação com Deus; este era o sentido fundamental a vida, apesar de toda sorte de desumanidade praticada em nome da verdade absoluta.¹

2

PARADIGMA CIENTÍFICO MECANICISTA.

É claro que a passagem de uma forma predominante de pensamento para outra não se dá sem antes haver muitas resistências conservadoras, por isso ela sempre ocorre de maneira lenta e processual. Respeitando o modo natural das transformações paradigmáticas, por volta do século XVII, começa a despontar outro modo de ver e interpretar o mundo. Substituindo o passado dogmático-religioso, inicia-se um período chamado "científico-mecanicista", que permanece até os dias de hoje.



1 El paradigma Humanista Sistêmico e su influencia em el desarrollo organizacional - Psic. Juan Alberto V. Téllez-academia.edu - www.academia.edu/7408252/ acesso em 27/09/2017

Esse novo modo de pensar o mundo e a sociedade apareceu primeiramente nas relações da vida cotidiana das pessoas decorrente do aparecimento de novas necessidades de grupos neo-econômicos que começaram a surgir, solicitando novos arranjos na organização social, que, por sua vez, vai impondo a construção de um novo paradigma, suplantando o velho modelo que não serve mais para o desenvolvimento social em curso. Impulsionando essa fase na passagem do dogmático-religioso para o científico-mecanicista, tivemos intelectuais como Francis Bacon, René Descartes e Isaac Newton.

[...] Bacon propôs estabelecer o poder e o domínio da raça humana sobre o Universo [...] postulando a ciência como único conhecimento válido e o caminho por meio do qual o homem poderia alcançar sua plena realização. Estabeleceu que somente o empirismo (experiência) poderia se constituir no núcleo da ciência segundo a qual só o conhecimento baseado na experiência pode ser válido e confiável [...] sob esta visão a natureza deixou de estar viva, se converteu em matéria inanimada em movimento. (TÉLLEZ, J. *El paradigma Humanista Sistemico e su influencia en el desarrollo organizacional*.)

O pensamento do Universo como organismo presente na filosofia das ideias comuns e transcendentas às épocas e culturas, foi substituído pelo pensamento do universo como máquina. Descartes foi quem postulou que todo universo opera de forma mecânica. Para ele, todo o universo opera como uma máquina de relógio, a natureza é inanimada, é morta. Como consequência as ideias de Bacon e Descartes, animais e plantas deixaram seus status de sagrados e começaram a ser destruídos além do necessário, sem

complexo de culpa, pois só era matéria e máquinas, em outras palavras, a Natureza oferecia-se aos homens, segundo Basarab, como verdadeira amante para ser penetrada em suas profundezas, dominada e conquistada.

Newton por sua vez consagrou a importância do reducionismo, que estabelece que podemos controlar a vida e reduzi-la em suas partes para melhor compreendê-la. Sob a postura científico-mecanicista propôs que o estudo da natureza deve ser exclusivamente objetivo, supondo que a observação produz um reflexo exato do observado. (Revista Diversidade, 2005, p.43-8.)

A falta de encanto do mundo gerou uma consciência científica alienada, fragmentada e, ainda que ainda que não pareça, uma imensa violência com o espírito humano. Sob essa perspectiva, o corpo humano e o planeta foram concebidos como máquinas. Insistiram em uma metodologia de separar o todo em partes convertendo em ontologia (tudo é fragmentação). Hoje é possível avaliar se este é o grande equívoco do mecanicismo.

Segundo o físico David Bhom:

[...] a divisão mente-matéria como duas substâncias fundamentais diferentes, é uma divisão ilusória e superficial; isto ocorre porque não reconhece que o que observamos não é a natureza em si, senão a natureza exposta segundo o método que utilizamos, isto é, o método determina o que observamos. (Bhom, 2008, p.72.)

O aparecimento do paradigma científico-mecanicista trouxe importantes implicações positivas para a evolução da sociedade humana, o paradigma Dogmá-

“

A falta de encanto do mundo gerou uma consciência científica alienada, fragmentada e, ainda que não pareça, uma imensa violência com o espírito humano.

tico aportou uma boa dose de injustiças e crueldade, além de limitar a visão do mundo ao que estava estabelecido nos livros e escrituras oficiais da igreja católica. A nova visão contribuiu não só para mudar a percepção do mundo, impulsionando o desenvolvimento dos diferentes campos do conhecimento como também permitiu uma filosofia liberal que colocou o homem no centro da atenção. A partir de então não foi mais possível justificar a desigualdade das classes sociais e dos homens só pelo fato de não estarem sob a graça divina. Com a mudança de paradigma surgiram movimentos sociais de grande relevância que culminaram em revoluções e mudanças na estrutura social e política do mundo ocidental. O lema da Revolução Francesa

*LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE tomou o verdadeiro sentido e inspirou as novas gerações para estabelecer formas de governo e de organização social mais humana. (TÉLLEZ, J. *El paradigma Humanista Sistemico e su influencia en el desarrollo organizacional*.)*

No seu auge a visão materialista cientificista permitiu um desenvolvimento no processo de produção que logo evoluiu para uma nova revolução, a Revolução Industrial, que baseada em novos métodos da organização do Trabalho e com novas tecnologias na época, permitiu um grande salto nas formas tradicionais de produção dos bens de consumo. Porém, seria no curso de seu desenvolvimento que aparece os resultados de uma luta inerente a uma contradição política econômica de origem desse novo modo de produção.

Os trabalhadores percebem que as condições de trabalho não permitiam uma vida digna e respeitosa do homem como propugnada pelas bases do ideário humanista e libertário sob o auspício da Revolução Francesa.

É no início do séc. XX que mais aparecem revoltas contra as injustiças que acontecem no cenário das nações do mundo da época. A vida laboral começa a reagir por uma mudança em busca de melhores condições no trabalho. Mas é também nesse mesmo período, sob a perspectiva cientificista, que apareceram os primeiros estudos para tornar mais eficientes os sistemas de produção, e dessa forma outras contradições foram acrescentadas nas relações do trabalho.

A ideia fundamental dos novos estudos era de adaptar as pessoas ao trabalho da forma mais eficientes possíveis, antes de tudo para elevar a produtividade. “(...) O fator humano se converteu em um recurso a mais para as empresas, porém só isso, um recurso a mais”. (TÉLLEZ, J. *El paradigma Humanista Sistemico e su influencia en el desarrollo organizacional*.)

No decorrer dos anos do séc. XX contradições do paradigma científico-mecanicista tem elevado o nível de consciência de uma massa crítica no mundo, o suficiente para despontar as bases e o corpo de uma nova proposta paradigmática para o séc.XXI.

3

PARADIGMA HUMANISMO SISTÊMICO.

Nasce e se desenvolve gradualmente desde a metade do século XX, e vem se consolidando até os dias de hoje. Parte dessa visão esteve presente em grupos e culturas antigas, com outros nomes, fazendo parte do que Aldous Huxley chamou de “filosofia perene”: conjunto de discernimentos filosófico-espirituais que tem estado presente nos últimos três mil anos, comuns aos grandes mestres universais, assinalando, sobretudo, o caráter essencialmente espiritual do ser humano e a existência de uma sabedoria para a auto realização (Huxley, 1945). O fato é que permaneceu isolada nessas culturas e tradições, porém ressurgiu e tomou força com o desencanto que tem produzido a visão mecanicista e materialista da atualidade.



Durante os últimos trezentos anos, o mundo ocidental orientou seu desenvolvimento para o controle do mundo externo, para a construção de cidades, de máquinas mais velozes e eficazes, de aviões etc. Produtos variados supostamente para nos oferecer o pleno bem-estar; junto com esses benefícios de visão materialista, também nos trouxe como legado vários dilemas: autoritarismo, corrupção, perda do sentido da vida (suicídios), violência, desintegração familiar, isto para citar somente alguns. Não é que esses problemas não existiram em outros tempos, no entanto, em nossos dias, sua dimensão se tornou muito grande, supunha-se a nova era da ciência e da tecnologia num mundo de bem-estar e progresso para a maioria da humanidade, porém é evidente que isso só foi possível para uma minoria. A objetividade, instituída como critério supremo da verdade, teve uma consequência inevitável: a transformação do sujeito em objeto. A morte do homem, que anuncia tantas outras mortes, é o preço a se pagar por um conhecimento objetivo. O ser humano torna-se objeto – objeto da exploração do homem pelo homem, objeto de experiências ideológicas que se anunciam científicas, objeto de estudos científicos para ser dissecado, formalizado e manipulado (Nicolescu, 2005)

[...] Na primeira metade do séc. XX, diferentes fatores impulsionaram uma nova forma de ver o homem. As primeiras motivações para o questionamento de um modo cientificista mecanicista de interpretar a realidade, se deram no campo da frustração com o suposto bem-estar e plena realização do homem moderno que a ideologia cientificista prometia: o homem-Deus é um homem objeto cuja única

“

[...] A primeira metade do séc. XX, diferentes fatores impulsionaram uma nova forma de ver o homem.

saída é se autodestruir. Os dois massacres mundiais deste século e as inúmeras guerras locais, que também fizeram incontáveis cadáveres, não passam de prelúdio de uma autodestruição em escala planetária [...].
(Nicolescu, 2005 p.21-22.)

Nas primeiras décadas do séc. XX houve ocorrências muito próximas uma da outra, de um lado, no plano do visível, a primeira guerra mundial e a revolução Russa e de outro, na dimensão do invisível uma revolução na física clássica (a quântica). Todas elas ocorrendo como espasmos de um mundo que já começava com suas primeiras agonias se fazendo de forma visível e, acompanhado de forma discreta, invisível, quase imperceptível os primeiros sinais para um novo mundo. Foi no curso do aprofundamento de todas as razões contraditórias do jeito mecanicista de enxergar o mundo que novas escolas filosóficas foram plasmando fundamentos teóricos para um novo salto paradigmático da História, de corte existencial e fenomenológico, cujo tema central é o mundo interior do ser humano, o reconhecimento da experiência interna como uma das fontes centrais do conhecimento (muito diferente da posição científico mecanicista que enfatiza

só a fonte externa do conhecimento por meio dos sentidos). Uma nova visão de mundo com seus fundamentos vão se contrapondo a um pensamento que ainda

“

O século XX é palco de fortes vivências entre o velho e novo modo de enxergar o homem e o mundo. Uma luta intestina trava-se entre o velho, que não quer morrer e o novo, que quer nascer.

não acabou. A física clássica Newtoniana (fundamento do cientificismo mecanicista), antes cheias de certezas começa a tropeçar quando por meio de seus próprios experimentos, frente uma questão aparentemente simples Max Planck é conduzido a uma descoberta que provocou nele um verdadeiro drama. Pois ele tinha se tornado testemunha da entrada da descontinuidade no campo da física. Essa descoberta coloca em ponta cabeça todas as certezas da ideologia cientificista e, entra para o campo da física quântica uma nova descoberta o princípio da incerteza de Heisenberg, físico alemão contemporâneo de Max Planck.

O século XX é palco de fortes vivências entre o velho e o novo modos de enxergar o homem e o mundo. Uma luta intestina trava-se entre o velho, que não quer morrer, e o novo, que quer nascer. O novo paradigma, ciente do papel para o auto renascimento do homem em escala planetária, começa a construir sua epistemologia fundamentada em valores sustentáveis no espaço e no tempo, promessa que, com o velho paradigma, não se cumpriu. Pensadores teóricos atuais e do passado confrontaram valente e abertamente a visão mecanicista e materialista do mundo ocidental, e têm sido chamados em seu conjunto como **humanistas**, pois consideram como tema cen-

“

Um futurólogo costumava dizer que uma “ação sem visão de futuro é uma atividade ociosa, uma visão sem ação é simplesmente um sonho, no entanto, uma visão de futuro posta em marcha, pode mudar o mundo”.

tral no mundo interior do ser-humano a experiência interna como fonte central do conhecimento.

Incluímos o termo **sistêmico** ao pensamento **humanista** por incluir postulados deste e pela consciência de que tanto o homem como tudo no Universo funcionam de forma sistêmica. Somente um paradigma desta natureza (**humanismo sistêmico**) pode dar conta da complexidade da vida no planeta incluindo nela a natureza. A verdade relativa sugere, hoje, que é o olhar do observador o construtor da realidade observada. Portanto, é sobre os ombros do homem que repousa a responsabilidade do auto renascimento dele no planeta, onde **a co-operação e a solidariedade** devem se constituir em princípios fundantes de todas as relações sociais em escala mundial. O que a humanidade está demandando em seu conjunto: liberdade, igualdade e fraternidade. O paradigma **humanista-sistêmico** não surgiu por acaso ou pela mente ociosa de alguns pensadores; surgiu como Alvin Tofler costumava chamar de uma “ola” gigante que empurrará a humanidade para o seu seguinte passo evolutivo: **a consciência universal**. Sem ela simplesmente não haverá sobrevivente humano para contar história! Joel Barker (2011), um futurólogo, costumava dizer que “uma ação sem visão de fu-

“

Incluímos o termo Sistêmico ao pensamento Humanista, por incluir postulados deste e pela consciência de que tanto o homem como tudo no Universo funciona de forma sistêmica.

turo é uma atividade ociosa, uma visão sem ação é simplesmente um sonho, no entanto, uma visão de futuro posta em marcha pode mudar o mundo”.

HUMANISMO SISTÊMICO, A SUSTENTABILIDADE POLÍTICA E SOCIAL PARA O SÉCULO XXI

O velho paradigma mecanicista não quer morrer, e o novo quer nascer; vivemos, portanto, entre dois signos não necessariamente de todo excludentes. Neste momento de transição paradigmática em que vivemos, decorrente do que podemos definir como crise global, o desafio que se apresenta para nós é construir novos caminhos que possibilitem a **cooperação** e a **solidariedade** entre os homens e os povos do nosso planeta, os quais promovem a construção de um novo tempo de comunicação – como forma de contato, expressão dos desejos, emancipação do jugo utilitário –, tempo que consiga reduzir a complexidade sistêmica das relações entre governante e governados, da economia com a política, do humano com o animal, do artificial com o natural, que estabeleça a dialogia (conceito filosófico de Mikhail Bakhtin), como forma de transformar a realidade social e a vida plena no planeta, e que reconheça a predisposição para relações télica-empáticas, inscritas em nossa biologia, a biologia do amor, conforme conceitua Humberto Maturana, por meio de possíveis espaços políticos ou privados – institucionais transnacionais, democráticos – para a sustentabilidade, reconhecendo e possibilitando a coabitação de opiniões (complementares/concorrentes/antagonistas), transição de paradigmas e uma sociedade de empatia télica global em um mundo interconectado, que precisa repensar os seus modelos (paradigmáticos) filosóficos, econômicos e sociais. A nosso juízo se está diante da possibilida-

de de repensar a cidadania, a democracia, a política e o direito, categorias e procedimentos pós-modernos de legitimação e participação para outras dimensões que transcendem a territorialidade dos Estados-nações.

A empatia télica é a compreensão da causa e do efeito para com a sociedade, com o mundo ou com os sistemas naturais. A empatia télica é muito mais do que uma pessoa entrar em sintonia com o drama de outra pessoa. Os cientistas sociais estão começando a reexaminar a história com uma lente “empática”, descobrindo, assim, correntes históricas ocultas que sugerem que a evolução humana não se calibre por meio da competição, mas predominantemente por meio da **cooperação** e também do incre-

mento e da ampliação da empatia entre diferentes seres humanos, e em âmbitos temporais e espaciais cada vez maiores.

As provas científicas de que somos uma espécie basicamente amorosa, potencialmente disposta às relações empáticas, trazem consequências sociais profundas e de grande alcance, que podem determinar nossa sorte como espécie, assim como resinificar as dimensões sociais do poder, estabelecendo novos paradigmas, tais como o **humanismo sistêmico**, como paradigma da **sustentabilidade para o século XXI**, por meio da **cooperação** e da **solidariedade** entre os povos. No sopro da morte e na celebração da vida, na empatia, mostramo-nos solidários para com a nossa compaixão não apenas entre si, mas tam-

“**A empatia télica é a compreensão da causa e do efeito com a sociedade, com o mundo e com todos sistemas naturais. Ela é muito mais do que uma pessoa entrar em sintonia com o drama de outra pessoa.**

bém para com as nossas criaturas semelhantes, as quais têm uma, e apenas uma, vida neste pequeno planeta. “Empatizar é civilizar, civilizar é empatizar” (Krznaric, 2015)

Em tempos de globalização e em vias da mais nova Revolução Industrial, a constituição de vínculos télico-empáticos não está mais limitada à religião ou à territorialidade, antes se desenvolve em dimensões globais e pode possibilitar a adoção de novos paradigmas. Porém, esse novo vínculo de lugar da consciência empática está sendo possível pelo fato visível de que o paradigma mecanicista está promovendo nossa autodestruição em razão, entre outras causas, da exploração de grandes quantidades de energia e de recursos da natureza, o que aumenta de forma significativa a corrente entrópica que está convertendo nosso planeta em um terreno deserto e empobrecido. O novo vínculo empático não é simétrico, pelo contrário, apenas uma pequena parcela da humanidade tem alcançado a segurança econômica, que seria condição *sine qua non* para permitir que as pessoas passem de valores de superveniência a valores materialistas e, finalmente, para valores com base na ideia de qualidade de vida. Resta saber se essa minoria que está experimentando a onda empática já se constitui em uma massa crítica sustentável que será capaz de traduzir os valores pós-materialistas em um plano de ação cultural, econômico e político que

possa, além de dirigi-los, também guiar as comunidades para um futuro mais sustentável e igualitário, a tempo de evitar o abismo entrópico.

A transição paradigmática da sociedade exigirá plena reconfiguração de toda a infraestrutura econômico-social. Será necessária a configuração de uma economia de natureza participativa na qual o direito de inclusão se torne mais importante do que o de exclusão, sobretudo, no momento de estabelecer as relações sociais e econômicas. Na nova sociedade participativa, os valores imateriais assumem maior importância, especialmente na consecução das aspirações próprias e na transformação pessoal. O direito a não ser excluído do desfrute da “vida plena” (o direito de acesso) se converte na propriedade mais importante das pessoas. Na nova era, a propriedade se converte no direito a participar dos sistemas de relações do poder, as quais permitem ao indivíduo viver uma vida plenamente humana. Essa nova mentalidade se torna hierarquizada e mais participativa. Nesse sentido, na nova geração, começa a ganhar corpo e a se caracterizar um novo espírito empático, que agora está mais preocupado com a realização do sonho da qualidade de vida. Parafraseando **Joel Barker** (2011) novamente: “Uma visão sem ação não passa de um sonho, ação sem visão é só um passatempo, mas uma visão com ação **pode mudar o mundo**” e digo, permanentemente. (Grifo nosso) ■

Referências

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Editora Martins Fontes, 2015.

BARKER, A. J. **Visão do Futuro**. 2016.

BHOM, D. **A Totalidade e a Ordem Implicada**. Editora Madras ano 2008

BERTANLANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. Editora VOZES JAN. 2008

DRUCKER, P. **As Novas Realidades**. Ed. Pioneira, ano 1989

HUXLEY, A. **La filosofia Perene**, Editorial Sul – Americana Buenos Aires, tradução C. A. Jordana- Quarta Edição Pocket março de 1999

KRZNARIC, R. **O poder da Empatia** Editora Zahar. Brasil. 2015

VASCONCELOS, M. J. E. **Pensamento Sistêmico**, Campinas, SP: Papirus, 2002

MATURANA, Humberto. **O que se observa depende do Observador** São Paulo: Gaia, 1990

MORENO, J. L. São Paulo. Editora Cultrix Psicodrama maio de 1978

NICOLESCU, B. **O Manifesto da Transdisciplinariedade**. Editora Triom, 2005.

TÉLLEZ, J. **El paradigma Humanista Sistêmico e su influencia em el Desarrollo Organizacional**.

TOFFLER, A. **Terceira Onda**. São Paulo. Editora HSM, 1981

Histórico do Partido Solidariedade

O Solidariedade, movimento que tem por princípio a defesa de todos os que contribuíram ou contribuem para a riqueza do país, teve seu registro aprovado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), em setembro de 2013. E é importante voltarmos um pouco no tempo para entendermos as lutas e os sonhos que culminaram na sua criação.



“Após quase 21 anos de ditadura, o Brasil vive hoje seu maior período de democracia plena, com o voto universal garantido a todos os cidadãos do país desde 1989.

A república brasileira sempre conviveu com períodos de instabilidade e descontinuidade, como os golpes em 1930 e 1964. Após quase 21 anos de ditadura, o Brasil vive hoje seu maior período de democracia plena, com o voto universal garantido a todos os cidadãos do país desde 1989.

Em 1979, com o estabelecimento da Lei Orgânica, teve fim o bipartidarismo do regime militar (ARENA e MDB), e começaram a surgir novas legendas, como PMDB, PDS, PFL e PT. Mesmo após a redemocratização, o país passou por momentos críticos, principalmente no que diz respeito à economia, como o monstro da inflação nos anos 1980, o confisco das poupanças, no Governo Collor, e a criação do Plano Real, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Em 2003, o país e, principalmente, os partidos mais ligados à esquerda tradicional viviam o êxtase de ver a ascensão ao poder de um político nascido nas lutas dos trabalhadores por melhores salários e justiça social. Esse episódio marcaria a criação da maior frente partidária instituída até a época, no Brasil, em torno de um governo eleito pela via democrática do voto, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente, pela coligação PT/PL/PMN/PCB/PCdoB, além do apoio informal do PMDB em diversos estados.

A população acreditava que o Brasil seguia o rumo da construção de um país melhor e mais justo. Era o momento de concretizar as esperanças, que sempre foram nutridas, de que este é um país para todos – e não para poucos, como sempre foi visto.

“A população acreditava que o Brasil seguia o rumo da construção de um país melhor e mais justo. Era o momento de concretizar as esperanças, que sempre foram nutridas, de que este é um país para todos – e não para poucos, como sempre foi visto.

Passados os quatro primeiros anos de um governo dito “popular”, observou-se que as grandes reformas foram, mais uma vez, proteladas mesmo quando o governo estava no auge da sua melhor avaliação. No entanto, a participação ativa das centrais sindicais propiciaram a criação de uma política de valorização do salário mínimo e de melhoria nas correções das aposentadorias e pensões.

Em 2005, explode o escândalo do “mensalão”, e percebe-se que o modo de fazer política não se diferenciava daquele dos que sempre foram criticados. O partido que, na oposição se dizia o grande defensor da ética na política, mostrou-se um grande manipulador de maracutaias com dinheiro público e com os prestadores de serviços do governo. Alguns políticos foram presos, outros renunciaram, e o

presidente na época dizia que “não sabia de nada” e que “conspiravam pelas suas costas”. Ainda assim, o Governo Lula conquistou a confiança da população, e ele foi reeleito em 2006.

O país, impulsionado pelo crescimento da China e pela alta nos preços das commodities, seguiu seu caminho procrastinando, mais uma vez, as reformas que se faziam necessárias. O emprego crescia na área de serviços, e a indústria dava seus sinais de fadiga pela ausência de uma política industrial que oferecesse ao parque industrial brasileiro segurança para investir em um futuro melhor. Se a China era um esteio para o Brasil, também virou o destino de muitas empresas brasileiras que fincaram praça lá e passaram a exportar para nossa terra, levando embora empregos e tecnologia.

Apesar disso, o governo contava com o apoio dos movimentos sociais e da maioria dos partidos ligados à classe trabalhadora, por manter com eles um canal de diálogo permanente, embora isso não resultasse em colocar em prática a agenda que interessava à população. Dessa forma, adiava-se mais uma vez a construção de um país melhor, mesmo Lula tendo deixado o governo com a maior taxa de aceitação obtida por um governante e conseguido eleger sua sucessora, Dilma Rousseff.

Começou, então, a ficar evidente que o adiamento das discussões profundas que eram do interesse da classe trabalhadora foi proposital e muito prejudicial ao Brasil e ao povo. A presidente eleita negou-se a dialogar com as forças da sociedade, imaginando-se ser a “dona da verdade e senhora absoluta do poder”. A população deixou de ser ouvida, por meio dos movimentos sociais, e nem sequer foi recebida em audiências para poder se manifestar sobre assuntos de seu interesse.

Naquele momento, surgiu, entre representantes da população, a necessidade de manter viva a mesma esperança que permitiu levar um operário ao poder: um país melhor e mais digno para os brasileiros que constroem esta nação todos os dias.

No final de 2012, sob a liderança de diversas forças políticas do país, decidiu-se que era preciso “manter a chama acesa”! Por isso, nasceu a necessidade de criar um partido que representasse os interesses do Brasil que trabalha e produz. Começava, então, a nascer o Solidariedade.

Nesse período, o movimento contou com a colaboração de diversos grupos políticos, principalmente de integrantes da luta trabalhista, que foram responsáveis pela coleta da grande maioria das assinaturas de apoio necessárias à criação do partido. À época, o Solidariedade, para ter seu registro no TSE, necessitava de aproximadamente 492 mil assinaturas de eleitores para ser oficializado. Obtivemos o registro na Justiça Eleitoral em 24 de setembro de 2013, às 22h22, com o apoio de 502 mil eleitores, de diversas partes do país. Para isso, conseguimos 4 dos 7 votos do TSE, começando com 3 votos contrários, porém vencendo por 4 a 3 e alcançando o nosso tão esperado registro. Nascermos na oposição: o Solidariedade foi um dos únicos partidos, após a redemocratização, a obter o registro sem demonstrar apoio ao atual governo à época.

O Solidariedade foi o 33º partido político a ser reconhecido no Brasil e,

em seu primeiro ano, foi a 16ª bancada, em tamanho, na Câmara dos Deputados. Isso foi possível porque, com a criação do partido, veio também a possibilidade daqueles que tinham mandato eletivo de mudarem de legenda sem que cometessem infidelidade partidária e perdessem seus mandatos. Dessa maneira, muitas lideranças migraram para o Solidariedade.

O desafio imediato após a criação foi trazer para a legenda lideranças que pudessem ser candidatos(as) em nossa primeira eleição. A lei eleitoral, na época, determinava que candidatos que desajassem concorrer deveriam estar filiados a um partido político um ano antes do pleito eleitoral. Em consequência disso, e pelo fato de o Solidariedade ter tido seu registro deferido nove dias antes do fim do prazo de um ano determinado pela lei, tivemos apenas esse período para filiar candidatos que desejassem concorrer às eleições de 2014.

“ À época, o Solidariedade, para ter seu registro no TSE, necessitava de aproximadamente 492 mil assinaturas de eleitores para ser oficializado. Obtivemos o registro na Justiça Eleitoral em 24 de setembro de 2013, às 22h22, com o apoio de 502 mil eleitores, de diversas partes do país.

Mesmo diante de circunstâncias tão desafiadoras, o Solidariedade filiou 24 deputados federais, 21 deputados estaduais, 1 vice-governador, 1 senador, mais de 200 prefeitos, 100 vice-prefeitos e cerca de 3 mil vereadores (além de concorrer às eleições de 2014 em todo o território brasileiro).

Em franca oposição ao governo federal, disputamos as eleições de 2014 e elegemos 18 deputados federais – sendo 3 suplentes – além de 23 deputados estaduais. O trabalho não parou aí. Nosso partido obteve cada vez mais espaço em governos estaduais e municipais. Em diversos estados, participamos da gestão pública, como é o caso atualmente do Maranhão, do Pará, de São Paulo, entre outros.

Após as eleições de 2014, o Solidariedade começou a se organizar para concorrer às eleições municipais em todo o Brasil. Milhares de pessoas se filiaram ao partido, aderindo aos “valores da cooperação e da solidariedade como compromissos fundantes de todas as relações sociais, da valorização do trabalho humano e dos desenvolvimentos econômico, humano e sustentável”. Ao final da abertura das urnas, passou a administrar 202 cidades, com mais de 1.500 vereadores, 64 prefeitos e 142 vice-prefeitos.

Hoje, são mais de 200 mil filiados em todo o território nacional, e o número segue aumentando na presidência do sindicalista e deputado federal, em seu terceiro mandato, Paulo Pereira da Silva, mais conhecido como Paulinho da Força, eleito pelos 151 membros do Diretório Nacional, junto com toda a sua Executiva Nacional. Paulinho é defensor dos direitos dos trabalhadores e também presidente da Força Sindical, segunda maior central do país, que representa mais de 16 milhões trabalhadores.

“ Nossas metas parecem ousadas, mas sabemos que elas são atingíveis, por isso, precisamos cada vez mais da participação da sociedade.

Paulinho foi o principal articulador da criação do Solidariedade por acreditar que a população precisava, e ainda precisa, voltar a se sentir representada na política e que ainda existe muito a ser feito no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, dos empresários, dos aposentados, das crianças, dos jovens e dos mais necessitados.

Nosso primeiro líder na Câmara dos Deputados, em 2014, foi o deputado Fernando Francischini, que tem como marcas pessoais o combate ao crime organizado e ao uso de drogas. Atualmente, o líder é o deputado Áureo Lídio, que, tão logo chegou à Câmara Federal, criou a Frente Parlamentar em Defesa da Vida, contra a Legislação do Aborto, da qual é vice-presidente.

Devido à obrigatoriedade da legislação, os partidos políticos, ao serem regulamentados, precisam criar uma entidade de apoio, cujo objetivo é a educação e a formação política de seus militantes, filiados e da sociedade civil. Dessa maneira, com o Solidariedade, nasceu também a Fundação 1º de Maio.

Para aproximar a população dos debates de políticas públicas, visando à melhoria local, o Solidariedade incentivar órgãos municipais e estaduais a consti-

tuir secretarias de movimento segundo os principais movimentos sociais, que são: Mulher; Aposentados, Pensionistas e Idosos; Jovem; Movimento Sindical; Igualdade Social; Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável Agricultura Familiar; Pessoa com Deficiência; Liberdade da Expressão Religiosa e Filosófica.

O crescimento do Solidariedade é evidente. Nossa meta é ampliar o número de filiados, militantes e simpatizantes. Para as eleições de 2018, o objetivo é aumentar a representação na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas. Também temos o intuito de disputar firmemente governos estaduais e Senado Federal, e, ainda, participaremos decisivamente do pleito presidencial.

O Solidariedade é o partido que mais cresceu no Brasil, e o nosso intuito é alcançar, até 2026, o número de 1 milhão de filiados, para atuar em prol do bem da população brasileira. Trabalhamos para, no prazo de dez anos, possuir 57 deputados federais, 103 estaduais, 518 prefeitos, 768 vice-prefeitos e 4.059 vereadores. Nossas metas parecem ousadas, mas sabemos que elas são atingíveis, por isso, precisamos cada vez mais da participação da sociedade.■

De Olho no Crescimento do País

Por Paulinho da Força, presidente nacional do Solidariedade e deputado federal

Nascido em Porecatu, Paraná, o deputado federal e presidente nacional da Força Sindical e do Solidariedade, Paulinho da Força, teve uma infância dura e difícil. Trabalhou na lavoura ao lado dos seis irmãos para colaborar com o sustento da família. Porém, sua trajetória mudou radicalmente quando, na década de 1970, mudou-se para São Paulo para trabalhar como metalúrgico. Logo entendeu as dificuldades dos trabalhadores e percebeu o dom inato de liderar e de defender melhores condições para seus companheiros. Tornou-se um dos principais defensores da classe trabalhista.

Inseriu-se na política e, ao longo dos anos, percebeu o descrédito total da população em relação ao tema. Quis reverter o quadro. Pensou em um partido inovador que contemplasse o trabalho humano, o desenvolvimento sustentável e a colaboração. Assim, em 2013, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, fundou o Solidariedade.



Em 2014, já à frente da nova legenda, foi reeleito deputado federal em seu terceiro mandato, e deste então, continua sua luta pelos direitos dos trabalhadores, aposentados, aqueles contribuem para a economia do país e as minorias, além de defender a igualdade social e o desenvolvimento econômico.

Para seguir suas ideologias, assim como as do Solidariedade, Paulinho foi o primeiro e **um dos principais articuladores** do processo que culminou no *impeachment* da, agora, ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, e essencial na retomada do crescimento do Brasil.

Leia a entrevista que a Fundação 1º de Maio fez com Paulinho da Força.

Fundação 1º de Maio – Como você avalia este momento político do país?

Paulinho da Força – É claro que o momento é tenso. Há um descrédito geral na política, nos políticos e nas legendas. Casos de corrupção são relatados diariamente nos veículos de comunicação e envolvem diversos nomes e partidos. As pessoas não querem mais representantes que tenham vínculos com esses escândalos. São dois os exemplos perfeitos de como a palavra “político” tem assustado a população. Em São Paulo, maior capital do país, o prefeito eleito João Dória utilizou, em toda a sua campanha, o discurso: “Sou empresário, e não político”. Estratégia perfeita que o elegeu em primeiro turno, pois o afastou da ideia ruim que a população tem atualmente sobre políticos. E essa situação não é exclusividade brasileira. Nos Estados Unidos, Donald Trump, com 70 anos de idade e sem ter exercido nenhum cargo legislativo ou executivo, foi eleito para presidente do país mais influente do mundo. Os três maiores partidos do Brasil - PMDB, PT e PSDB - são considerados são considerados siglas com imagem desgastada, apesar de assumirem ainda muitas cadeiras. Mas, em minha opinião, isso também deve mudar.

Como mudar esse cenário?

Eu acredito muito no trabalho que o Solidariedade vem fazendo. A legenda foi criada no intuito de trazer ideias inovadoras e de trabalhar em consenso com todos os âmbitos da sociedade: entender as necessidades de trabalhadores e empresários, por exemplo, e promover propostas que beneficiem ambos. Há também uma nova estrutura organizacional, que fortalece as secretarias de movimentos sociais do partido e cria hierarquias de informação que partem de baixo para cima. As demandas vêm da população e sobem até atingir nossos parlamentares para

que realizem ações e atendam às suas necessidades. Vejo que esse trabalho é diferenciado e pode, sim, mudar a péssima ideia que a população tem atualmente sobre política e políticos. Outra forma de mudar o cenário é investir na formação política de jovens, que têm alma “nova”, vontade de transição e podem fazer a diferença!

Você acredita que a população esteja se interessando mais pelos assuntos políticos ultimamente?

Eu acredito que a população esteja mais informada sobre política, sim. Os brasileiros têm cobrado melhorias em diversas áreas, exigido condenação de políticos envolvidos em escândalos de corrupção e participado de manifestações. Provas disso foram as greves e as paralisações promovidas por centrais sindicais, que tiveram uma grande participação de trabalhadores, estudantes e movimentos sociais. Os atos em defesa dos direitos trabalhistas e contra o desemprego levaram milhões de brasileiros às ruas, como não víamos há muito tempo.

Em sua opinião, a mobilização popular tem sido fundamental para o desenvolvimento da democracia no Brasil?

A democracia no país é nova ainda, e toda movimentação que advenha da população é um passo para que haja um desenvolvimento. Porém, mais do que desenvolvimento, eu acredito no fortalecimento da democracia, porque o desenvolvimento pode ser feito estrategicamente, mas o fortalecimento precisa de braços e número de pessoas interessadas em fazer a diferença no país através da política.

Atualmente, como você avalia o desenvolvimento da economia e a confiança dos investidores no Brasil?

A economia está desestruturada, e a taxa de desemprego ainda é bastante alta. É um reflexo da crise política que tomou conta do país. Claro que houve uma melhora econômica durante o atual governo, como o aumento de vagas de emprego com carteira assinada e a queda da inflação, mas são resultados pequenos. A situação caótica do estado do Rio de Janeiro é um exemplo dessa crise que vivemos, e, se a crise não for sanada, outras cidades vivenciarão os mesmos problemas. Tenho visitado muitos municípios paulistas e vejo de perto as dificuldades dos prefeitos de administrar com poucos recursos. Os gestores vêm até mim solicitar emendas parlamentares que atendam às demandas de suas cidades. Por meio das minhas emendas, já destinei milhões para os municípios de várias regiões de São Paulo. Busco essas verbas do orçamento da União e, muitas ve-



zes, também no governo estadual.

Você está de acordo com os assuntos entendidos por Temer como “prioritários”? O que faria diferente para o país sair da crise o mais rapidamente possível?

Não é um processo fácil e não há fórmula mágica. Algumas medidas estão sendo tomadas, inclusive com alguns cortes no orçamento, necessários neste momento para que o Brasil coloque as contas em dia. Outro ponto importante é fazer a interlocução entre empresários e trabalhadores para que não haja cortes e nem redução de benefícios. Os sindicatos têm tido papel fundamental nesse

processo, e os resultados devem ser o aumento da produção e a manutenção de empregos e direitos.

Você acredita que o aumento da exportação de commodities ou do valor agregado ao produto possa ser uma alternativa importante para melhorar a economia do país? Como fazer isso? Melhorar a estrutura do agricultor familiar pode ser uma alternativa?

Não tenho dúvida de que devemos aproveitar o que o país tem de melhor. E nós somos bons em exportar *commodities*. Nossa terra é rica, e nosso clima é

bom para as mais diversas plantações. Ter um planejamento estratégico para que aumente a exportação é fundamental e envolve os agricultores familiares. O Solidariedade assumiu a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e, em pouco tempo, já começou a colaborar com as famílias que vivem da agricultura. Títulos de assentamentos estão sendo distribuídos, pois o PT não o fez. Cediam apenas as terras para não perder o controle sobre essas pessoas. Nós estamos acabando com isso. Vamos dar títulos a todos os produtores em assentamentos. Além disso, já estamos trabalhando como nossos parla-

mentares e dirigentes estaduais para dar equipamentos como tratores e escavadoras às famílias, a fim de que tenham mais condições de produzir. Há muito trabalho a ser feito ainda, como um planejamento de hierarquia familiar no campo, mas nós temos um experiente deputado no Solidariedade, o Zé Silva, que vai nos auxiliar nesse processo para que o partido faça diferença não apenas na cidade, mas também no campo.

Como um dos principais defensores dos trabalhadores, em sua opinião, como é possível reverter o número tão alto de desemprego no país sem mexer nos salários e direitos?

Garantir empregos e direitos é fundamental para o desenvolvimento do país. Algumas medidas realizadas pelo governo federal têm colaborado para a volta da confiança dos investidores no Brasil, mas isso não é suficiente. Precisamos lutar para baixar a taxa básica de juros (Selic), o que representaria a retomada da economia a passos largos, um fôlego maior para que o setor produtivo e o comércio pudessem respirar melhor, gerar empregos e renda e trazer alento a milhões de famílias brasileiras que sofrem com os efeitos da crise.

Além disso, há uma mudança no mercado de trabalho migrando a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) para “pejotização”, microempreendedores, entre outros. Como isso afeta a estrutura dos diretos trabalhistas?

Todos os benefícios contidos na CLT, como o décimo terceiro salário, salário mínimo, férias e fundo de garantia foram conquistas dos trabalhadores, por meio de pressão sindical durante muitos anos. Mas há uma mudança no formato trabalhista que não pode ser ignorada, como trabalhos autônomos, terceirizações e microempreendedores. Esses formatos precisam ser regulamentados. Porém, o governo propôs uma reforma trabalhista que não atende aos anseios dos trabalhadores, cheia de distorções e que retira direitos conquistados há décadas. Apesar de toda a oposição, manifestada em greves, atos e pronunciamentos que temos feito nos últimos meses, tanto à frente da Força Sindical, em parceria com as demais centrais, como por meio do nosso mandato de deputado federal, a proposta de reforma trabalhista do governo foi aprovada no Senado. Os prognósticos nunca foram a nosso favor. Sabíamos todos, desde o início dessa luta, o quanto seria difícil vencer. As centrais sindicais já começaram a dialogar com o governo federal para tentar corrigir as distorções impostas por essa reforma e fazer avançar as bandeiras dos trabalhadores.

Estudos apontam que a previdência não é deficitária, enquanto o governo diz o contrário. Qual é a sua visão sobre esse assunto?

Há muitas causas por trás do déficit da previdência social. Como exemplo podemos citar a desoneração da folha que beneficia alguns setores da economia e causa grandes prejuízos na arrecadação previdenciária, totalizando mais de 145 bilhões de reais nos últimos cinco anos. Outra causa são as isenções previdenciárias para entidades filantrópicas. As isenções provocam uma perda de receita significativa, beneficiam empresários e sacrificam os trabalhadores brasileiros. É necessário fazer a revisão destas e de outras isenções concedidas pelo governo a empresários e entidades. A reforma da previdência é necessária, mas não da maneira como o Executivo propõe, prejudicando os trabalhadores. Uma das maneiras de garantir direitos para quem vai se aposentar é criar um plano estratégico para quem esteja ingressando no mercado de trabalho, e não para quem já atua.■

“

Não é um processo fácil e não há fórmula mágica. Algumas medidas estão sendo tomadas, inclusive com alguns cortes no orçamento, necessários neste momento para que o Brasil coloque as contas em dia.

Reformas e o Estado Liberal

Por Edson Rildo, Cientista Político

O Brasil passa por grandes transformações nos campos social, econômico e político, frutos de um momento histórico no qual nossas instituições são postas às provas de credibilidade e confiança pela sociedade e pela opinião pública.

O campo ideológico parece estar perdendo espaço para a realidade prática das coisas num mundo cada vez mais pragmático e utilitarista. Muito embora ainda resistam em setores como sindicatos e partidos, certos padrões de modelos político, econômico e de organização social, com enfrentamentos refratários às mudanças, é quase impossível parar as reformas em curso no país, as quais, em seu bojo, levam em consideração as demandas liberais que, entre um dos aspectos, reivindicam a diminuição do papel do Estado na economia.

A questão é saber quais impactos terão tais reformas de cunho liberal, atualmente em curso no Brasil, no sentido de transformar os modelos de sociedade que se tem hoje.



No atual quadro político e econômico que o país vive, as incertezas tomam conta do cidadão, do trabalhador, das empresas e das próprias instituições em geral. Pacificar esse momento por via de grandes reformas nos campos social, econômico e político parece ser a alternativa que a sociedade protesta. No entanto, é necessário entender que tipo de reforma se pretende e quais são as reais mudanças que podem atender aos interesses da sociedade.

No processo de composição dessas alternativas, o que fica certo é o grande alcance que se terá pela diminuição do Estado sob o ponto de vista de torná-lo menos oneroso aos cofres públicos, seja por via da transferência de seus ativos ao setor privado, ou pela terceirização de suas atividades fins ao terceiro setor e/ou mesmo ao setor privado. Em ambos os casos, fica claro que esse caminho é irreversível dentro da lógica de suas reformas. Assim, podemos notar um direcionamento de cunho liberal, que marca o advento dos tempos modernos em um mundo globalizado e altamente competitivo.

É bom lembrar que da realização do pleno conceito natural do humanismo e do igualitarismo político, os escritores (contratualistas) do século XVII deduziram, da natureza racional do homem, que os ideais que empolgaram o mundo com a divisão dos três órgãos distintos – Legislativo, Executivo e Judiciário –, com limitações recíprocas entre si, não foram suficientes para garantir a consolidação do Estado Moderno. Foi preciso avançar para o aspecto econômico tendo em risco a participação mínima do Estado nas questões econômicas e de mercado. O liberalismo, que em seu início aparentava

ser perfeito na teoria, bem cedo revelou-se irrealizável, pois não resolvia os problemas reais da sociedade. Entretanto, com o avanço das conquistas materiais e com o surgimento da classe média e das tecnologias, a democracia liberal foi se consolidando, e suas conquistas tornaram-se referências para que o mundo moderno alcançasse padrões de sociedades livres e materialmente ricas. Esse mesmo Estado foi se aprimorando e se revelando eficiente em seu modelo, como um padrão a ser seguido. A função primordial do Estado Liberal consiste em assegurar as condições gerais de paz social e das propriedades públicas e privadas.

Com o tempo, o desdobramento e o conceito de modelo do Estado Liberal tornaram-se insuficientes, sendo necessária a adoção de garantias de direitos e conquistas sociais, uma consequência das lutas ideológicas travadas entre os sistemas capitalista e socialista durante o século XIX e, principalmente, no século XX. Desse processo, advem a Social Democracia.

Ao conciliar os postulados essenciais do individualismo e do socialismo, a Social Democracia adere-se a um conceito um conceito racional da igualdade. Para melhor interpretá-lo, vejamos:



Igualdade Jurídica

Que busca afastar qualquer tratamento discriminatório por motivo de raça, religião, cor, posição social e etc.;



Igualdade de Sufrágio

Se traduz no valor unitário do voto;



Igualdade de Oportunidade

idêntica a todos: a possibilidade de acesso à cultura universitária, às funções públicas e às conquistas da ciência;



Igualdade Econômica

Estabelecimento de um padrão mínimo de vida econômica que corresponda com as necessidades normais do homem com os encargos familiares.

Entre todas estas, a mais importante é a igualdade econômica, pois é preciso que haja condições materiais favoráveis para que o cidadão exerça as franquias democráticas. Nesse aspecto, o Estado é o responsável por enfrentar o problema da igualdade econômica, proporcionando ao homem a possibilidade de realizar o seu destino como cidadão e como ser humano. Trata-se da fixação de um padrão mínimo dentro do qual se realiza essa igualdade, isto é, ter um nível mínimo como ponto de partida.

Assim, as desigualdades justificam-se em razão de aspectos econômicos decorrentes do processo da livre competição e da meritocracia como agregadores dos melhores resultados.

O Estado é apenas o árbitro impedido de anular o esforço de cada um em usurpar as conquistas do trabalho. Ele leva em conta as desigualdades humanas e sociais e procura eliminá-las no plano jurídico, a fim de estabelecer o padrão mínimo em que se concretiza o princípio da igualdade econômica.

A doutrina social democrata é a mediadora entre os extremos individualista e socialista, e seu pensamento social corresponde ao conceito de Ferreira Manorco e Souza, que diz: “o direito de igualdade unicamente se pode admitir no sentido de uma paridade de direitos numa correspondente paridade de condições”.

Se o Estado Liberal, ao longo do tempo, avançou para o Estado Social Democrata, incorporando direitos sociais e econômicos em seu processo de amadurecimento, hoje, em razão da sua ampliação, esse modelo tornou-se dema-

“
A tese de Montesquieu, em O Espírito das Leis, tem por objetivo evitar o abuso de poder, colocando em questão a liberdade e o exercício do mesmo. O exercício da liberdade como direito de fazer tudo o que as leis permitem está ligado à instituição de um governo moderado – o meio – termo aristotélico.

siadamente pesado, perecendo em sua recomposição a caminho de um modelo que seja menos oneroso aos cofres públicos, significando, portanto, desconstruir uma série de conquistas sociais e de direitos que parece não mais servirem à modernidade.

De fato, a conta ficou cara demais para manter o mesmo princípio do estado de direitos sociais do passado. O Estado cresceu, e seu custo tornou-se um problema quase inadministrável do ponto de vista das finanças públicas; algo precisa ser feito! Mas, ao buscar os atuais modelos propostos nas reformas, pouco se fala naquilo que seria essencial para dar início à principal mudança a ser feita: a reforma tributária. Essa proposta altera profundamente o modelo distributivo de impostos e receitas, privilegiando principalmente os municípios. Isso colocaria outra

questão em pauta: o modelo federativo brasileiro – visivelmente concentrador e perdulário. No cerne de tal propositura, caberia, portanto, uma reforma que permitisse aos entes federados mais autonomia financeira e jurídica para atender aos seus municípios. No entanto, esse assunto fica para outro artigo, a fim de podermos aprofundar o tema futuramente.

No campo filosófico, as reformas deveriam consistir na competência para reformar parcialmente ou emendar a Constituição, que não é um código estático, mas sim dinâmico, devendo acompanhar a evolução das realidades social, econômica e ético-jurídica. A esse poder é vedado atingir a estrutura básica da ordem constitucional, como no sistema brasileiro, por exemplo, são inalteráveis a forma federativa no Estado, a forma republicana no governo e a ordem democrática na sua essência.

Ao se tratar de reformas, estamos falando de institucionalismo e, neste momento, na formação do poder soberano, temos dois momentos teóricos: o momento social (ou genético) e o jurídico (ou funcional). A soberania pertence originariamente à nação, mas o seu exercício é atribuído ao órgão estatal constituído. Os partidos, portanto, têm o papel de reconstituir a ordem jurídica e política da sociedade civil. Se as reformas são inadiáveis e necessárias, os partidos devem conduzi-las, com responsabilidade e preocupação em seus efeitos, à sociedade e, especialmente, àqueles menos protegidos pelo sistema, e não com abuso de poder, visando aos interesses de grupos econômicos e políticos.

A tese de Montesquieu, em O Espírito das Leis, tem por objetivo evitar o abuso de poder, colocando em questão a liberdade e o exercício do mesmo. O exercício da liberdade como direito de fazer tudo o que as leis permitem está ligado à instituição de um governo moderado – o meio – termo aristotélico. Para alguns analistas da obra de Montesquieu, a realização da liberdade não supõe apenas uma divisão de poderes, mas também a distribuição de poderes no sentido de constituir um equilíbrio social. Trazendo essa ideia para a modernidade, o Estado expressaria uma relação de classes de modo que o equilíbrio de poderes pudessem ser um equilíbrio entre as classes, a fim de oferecer o melhor à sociedade.

Como representante maior do pensamento liberal, John Locke, em defesa da sociedade civil, diz que o direito de resistência em sua manifestação plena deve existir “sempre que os legisladores tentarem tirar e destruir a propriedade do povo, ou reduzi-lo à escravidão sob poder arbitrário”. O que se disse anteriormente

a respeito do Legislativo, em geral também se aplica ao executor supremo, que, recebendo duplo encargo – ter parte no Legislativo e exercer a suprema execução da lei – age contra um e outro quando se esforça por firmar a própria vontade como lei da sociedade. Ainda, age contrariamente ao seu dever quando emprega a força, o tesouro ou os cargos da sociedade para corromper os representantes e atraí-los aos seus próprios fins, ou quando alicia abertamente os eleitores e lhes impõe a escolha de alguém que ganhou para os seus desígnios por meio de promessas, ameaças e solicitações.

Quem julgará se o “príncipe” ou o Legislativo age contrariamente ao encargo recebido? A isso respondo: O povo será o juiz, porque quem poderá julgar se o depositário ou o deputado age bem e de acordo com o encargo a ele confiado senão aquele que o nomeia, devendo, por tê-lo nomeado, ter ainda poder para afastá-lo quando não agir conforme seu dever?■

“
O direito de igualdade unicamente se pode admitir no sentido de uma paridade de direitos numa correspondente paridade de condições.

Referências

ANDRADE, R. de C. Kant: **A liberdade, o indivíduo e a república**. In: WEFFORT, F. (Org.). Os clássicos da política. São Paulo: Editora Ática, 2006. v.2.

FERREIRA MANORCO E SOUZA. **Ciência econômica**. Lisboa, Banco de Portugal, 1997. p.46-55; 58. Preleções (segundo ano jurídico, 1909-1910).

FERREIRA MANORCO E SOUZA. **Lições de direito político**, Universidade de Coimbra (curso do segundo ano jurídico, 1899-1900). p.109.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil - e outros escritos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. (Coleção clássicos do pensamento político)

MONTESQUIEU. **“O Espírito das Leis: Ou das Relações que as Leis devem ter com a Constituição de cada Governo, com os Costumes, o Clima, a Religião, o Comércio etc.** (Introdução e notas de Gonzague Truc; Tradução de Fernando Henrique Car’doso e Leôncio Martins Rodrigues). São Paulo: Abril Cultural, 1973. Coleção ‘Os Pensadores’, Volume XXI: Montesquieu.

Agricultura Familiar e o Aperfeiçoamento da Legislação

Por Jefferson Coriteac - secretário especial da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead)

A agricultura familiar tem grande importância no abastecimento de alimentos para o consumo interno brasileiro. Dados da produção agropecuária demonstram que, enquanto os grandes produtores buscam a produção de *commodities* visando à exportação, os agricultores familiares são responsáveis pela produção de 70% dos alimentos que chegam às casas das famílias brasileiras. Segundo o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 74% dos postos de trabalho no meio rural advém desse segmento, que representa 84% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, totalizando 13,6 milhões de pessoas, refletindo em 38% do valor bruto da produção agropecuária. Os dados do referido Censo ainda apontam que a agricultura familiar é responsável por 87% da produção de mandioca, 70% de feijão, 63,2% de horticultura e 46% de milho, refletindo, assim, a sua importância no controle da inflação.



O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1995 como política pública pioneira para o segmento, tem por objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar nas condições de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária. É de grande importância o entendimento das características dos produtores para se enquadrarem nesse programa, que é a principal política de crédito para agricultores familiares. Para o produtor se enquadrar nas políticas do Pronaf deve condizer com o perfil definido pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

O supracitado normativo foi criado com o intuito de orientar as instituições na formulação das políticas públicas para os agricultores familiares. Segundo essa lei, para que o agricultor seja reconhecido como familiar, ele não pode ter sua propriedade acima de quatro módulos fiscais, deve utilizar força de trabalho predominantemente familiar nas atividades econômicas da propriedade, necessita ter um percentual mínimo da renda familiar advindo das atividades econômicas da sua propriedade e dirigir seu estabelecimento com a família (BRASIL, 2006).

A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), da Casa Civil da Presidência da República, é a atual responsável pela formulação das políticas públicas para os agricultores familiares. Em 31 de maio de 2017, a SEAD lançou o Plano Safra da Agricultura Familiar, pela primeira vez plurianual, compreendendo o período de 2017 a 2020. Para o segmento foram disponibilizados 30 bilhões de reais em crédito com taxas de juros que variam entre 2,5 e 5,5% ao ano. O Plano Safra da Agricultura Familiar 2017-2020 conta com 10 eixos de atuação, sendo eles:

- 1 Crédito, Garantia-Safra, Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar, Seguro da Agricultura Familiar
- 2 Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
- 3 Regularização Fundiária
- 4 Regulamentação da Lei da Agricultura Familiar
- 5 Agricultura Orgânica e Agroecologia
- 6 Apoio à Modernização Produtiva

“

Os dados do referido Censo ainda apontam que a agricultura familiar é responsável por 87% da produção de mandioca, 70% de feijão, 63,2% de horticultura e 46% de milho, refletindo, assim, a sua importância no controle da inflação.

7

Comercialização

9

Agricultura Urbana
e Periurbana

8

Assistência Técnica
e Extensão Rural (ATER)

10

Ações Integradas no
Seminário

“

Em 31 de maio de 2017, a SEAD lançou o Plano Safra da Agricultura Familiar, pela primeira vez plurianual, compreendendo o período de 2017 a 2020.

Na oportunidade do lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, foi assinado o Decreto no 9.064, de 2017, que define a Unidade de Produção Familiar, cria o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e regulamenta a Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006.

O decreto determina, de forma mais pontual, os beneficiários da Política Nacional da Agricultura Familiar, ao conceituar: unidade familiar de produção agrária, família, estabelecimento, módulo fiscal, imóvel rural, empreendimento familiar rural, cooperativa singular da agricultura familiar, cooperativa central da agricultura familiar e associação da agricultura familiar, tornando, dessa forma, mais evidentes os destinatários das ações.

O decreto ainda estabelece os requisitos que a Unidade Familiar de Produção Agrária e o empreendimento rural

familiar devem atender para acessar as políticas voltadas para a agricultura familiar.

A grande inovação advinda com a publicação desse decreto é a instituição do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar CAF, haja vista que ele substituirá a Declaração de Aptidão ao Pronaf, declaração esta que é, até então, o passaporte para o acesso dos agricultores familiares às políticas. Depois da criação do Pronaf, outras políticas voltadas para a agricultura familiar foram instituídas, dessa forma, faz-se necessário um instrumento que as abarque.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados, discutiu, em 13 de julho de 2017, sobre a regularização da lei da agricultura familiar e a criação do CAF; contou com a participação da SEAD e de parlamenta-

res e representantes da sociedade civil. O processo de transição da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para o CAF deve ser elaborado em constante diálogo com as entidades representantes do segmento para tornar esse instrumento uma forma de potencializar e facilitar o acesso ao crédito rural.

Um dos principais objetivos do Crédito Rural, é conceder condições para que o jovem permaneça no campo. Isto posto, dada a importância da juventude para a agricultura familiar, foi criada uma linha de crédito específica para a juventude, denominada Pronaf Jovem.

Além disso, o PNCF, programa que constitui os 10 eixos do Plano Safra da Agricultura Familiar 2017-2020, passou por uma reformulação para que mais famílias tenham acesso a política e assim evitar o êxodo rural da juventude. Os jovens são o presente e o futuro do Brasil, e o crescimento do país passa pela agricultura familiar. ■

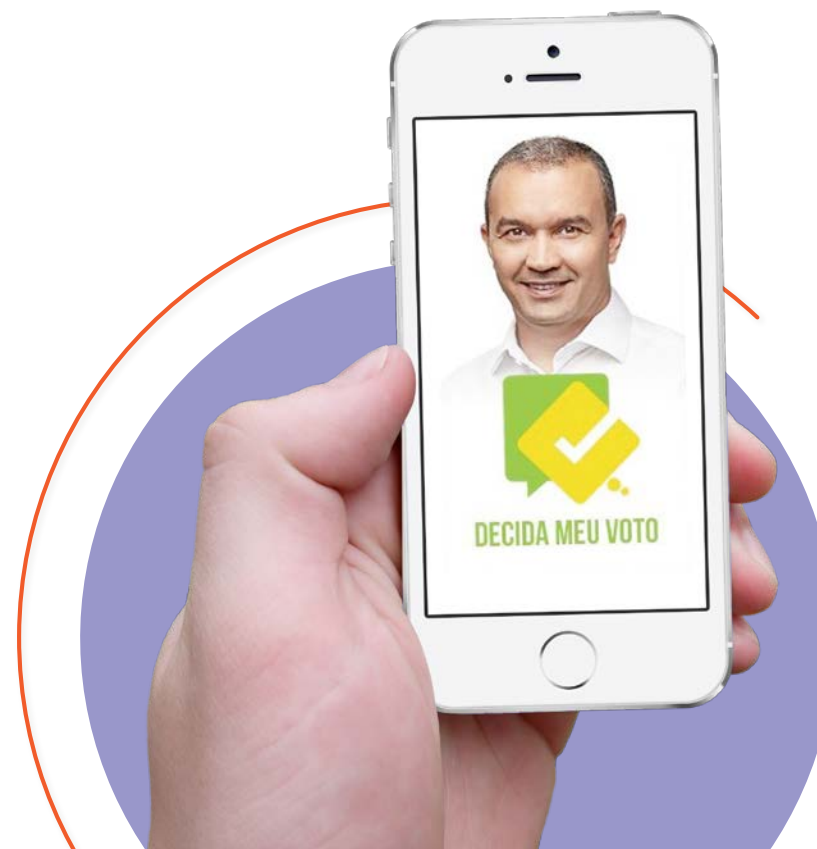
“Decida Meu Voto”:

Uma Nova Aposta para uma Verdadeira Política Representativa

A Internet, democracia e o discurso antipolítico. O deputado estadual do Rio Grande do Norte, pelo Solidariedade, conversa com a Fundação 1º de Maio sobre um novo jeito de fazer política.

O valor dado ao coletivo é uma constante em sua fala, referindo-se a si mesmo sempre em terceira pessoa – nós –. Kelps Lima, deputado estadual do Rio Grande do Norte pelo Solidariedade, parlamentar que mais aprovou emendas constitucionais na história do estado, fala sobre o seu novo aplicativo, “Decida Meu Voto”, que promete revolucionar a forma de fazer política.

Formado em Direito e com uma carreira já consolidada, Kelps decidiu entrar para a política seguindo o sonho de participar ativamente da transformação do Rio Grande do Norte. Preocupado com o distanciamento cada vez maior entre a população e o processo político, e atento às possibilidades trazidas com o advento das redes sociais, desenvolveu uma ferramenta que permite aos cidadãos opinarem sobre os projetos em debate no plenário, definindo o voto do parlamentar.



Em entrevista para a Fundação 1º de Maio, Kelps conta sobre como idealizou o aplicativo, seus objetivos e os caminhos na direção de uma verdadeira democracia representativa.

Fundação 1º de Maio – Como surgiu a ideia de desenvolver o aplicativo?

Kelps Lima – O aplicativo de celular “Decida Meu Voto” é um dos elementos da construção do conceito de nossa atuação parlamentar. A distância entre os detentores de mandatos e a opinião pública é favorável a um *status quo* que usa a atividade política de forma corporativa: controlando a legislação, o conteúdo, a rotina do poder e até a condução do universo de escolha de candidatos e eleitos.

Para nós que temos origem em grupos sociais fora do eixo tradicional eleitoral, quanto maior a exposição da atividade política melhor, pois isso favorece os agentes que estão mais preparados para lidar com a “coisa pública” e mais bem-intencionados. Por isso, fazemos um esforço tremendo para atrair a atenção cada vez maior das pessoas para o dia a dia da política.

Antes do aplicativo, criamos um ambiente para isso: aprovamos uma emenda constitucional que permite a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular, nos tornamos o deputado estadual com mais seguidores nas redes sociais e produzimos uma candidatura majoritária abandonando práticas eleitorais convencionais, como a impressão em papel e o carro de som, que não foram usados na campanha. Investimos em uma campanha digital, e nossos vídeos da propaganda eleitoral para a prefeitura de Natal foram todos feitos em celular.



Kelps Lima



“

Então, um parlamentar que tenha um aplicativo como o “Decida Meu Voto” não pode alterar seu voto por acordo com empresas. O “Decida Meu Voto” é um antídoto contra a corrupção!

Como esse aplicativo vai funcionar?

Postamos os projetos de relevo que estão em tramitação na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte e perguntamos à população qual deve ser a nossa posição em relação a eles. O resultado da votação no aplicativo será acatado pelo nosso mandato mesmo que a nossa posição pessoal seja contrária ao que foi determinado pela consulta feita no “Decida Meu Voto”. Para isso, criamos um requisito: para que nosso voto seja mudado em algum determinado tema, é necessário que pelo menos 20.140 pessoas participem de cada votação específica. Caso contrário, ficaríamos expostos a pequenos grupos organizados com interesses segmentados. Este número de 20.140 representa a mesma quantidade de votos do parlamentar que obteve menor votação para a Assembleia do RN em 2014.

O que se espera com o aplicativo?

O aplicativo já é um sucesso! Ganhou repercussão internacional (fomos procurados por um jornalista de Portugal), virou notícia em sites de democracia digital no Brasil, ocupou espaço nobre em quase todos os veículos de comunicação do RN e teve o número de *downloads* esperado. Ele não é uma ferramenta pontual. Nossa expectativa é que vá ganhando maior relevância com o tempo e com a natural adesão das pessoas ao debate dos temas polêmicos que estão por vir nas votações da Assembleia, como o aumento da alíquota da previdência, de 11 para 14%, nos salários dos servidores do RN.

“

O aplicativo de celular “Decida Meu Voto” é um dos elementos da construção do conceito de nossa atuação parlamentar.

É muito comum ouvir as pessoas fazendo uma relação direta entre política e corrupção, como se fossem indissociáveis. Você acredita que o aplicativo possa ajudar a desconstruir essa ideia?

O aplicativo é o antídoto contra a corrupção. Onde se tem notícia de corrupção entre os parlamentares no Brasil? Nas relações entre empresas que influenciam os votos dos políticos nos projetos. O nosso aplicativo conduz a sociedade a influenciar o nosso voto. Então, um parlamentar que tenha um aplicativo como o “Decida Meu Voto” não pode alterar seu voto por acordo com empresas. O “Decida Meu Voto” é um antídoto contra a corrupção!

Hoje, com o advento da internet, vemos surgir várias iniciativas que visam transformar relações competitivas e individualistas em relações de compartilhamento, de ajuda mútua, como o crowdfunding, por exemplo, uma forma de financiamento colaborativo voltado para projetos que beneficiem a sociedade. O aplicativo de vocês surge com base nesses princípios?

O nosso maior objetivo é fazer o cidadão comum entender que no momento em que ele mirar a atuação dos políticos e passar a ter uma agenda de fiscalização da classe política, a produtividade dos parlamentares e dos gestores vai dar um salto, e só nesse mo-

vimento a vida corriqueira do brasileiro vai melhorar muito. A finalidade do “Decida Meu Voto” está literalmente estampada no seu enunciado! Queremos que as pessoas no entorno do nosso mandato, a maior quantidade que pudermos alcançar, sintam-se donas do mandato e influam na nossa atuação. Como temos convicção da qualidade do nosso conteúdo, só teremos a crescer com esse movimento.

Nos últimos anos, houve um crescimento do discurso antipolítico, uma total recusa de parte da população à política. Você acredita que iniciativas como esta, da criação do aplicativo, possam aproximar as pessoas da prática política?

O discurso contra os políticos é um fenômeno ancorado na péssima qualidade da atuação da classe política brasileira. Durante muitas décadas, os políticos tradicionais alimentaram a expertise eleitoral e se esqueceram de qualificar a gestão. O clímax dessa irresponsabilidade veio com os últimos mandatos, tanto na esfera federal quanto nas demais camadas administrativas. A corrupção é um pedaço do dismantelo construído pela irresponsabilidade fiscal e pela leviandade administrativa. Quem insistir em continuar se especializando apenas na prática eleitoral, sem lastro de qualidade também na gestão, será varrido da política brasileira.■

O Brasil do Futuro está Preparado para a População da Terceira Idade?

Por Plínio Sarti – Secretário Nacional da Secretaria do Aposentados, Pensionistas e Idosos do Solidariedade.

A população brasileira está envelhecendo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida, em 2016, subiu para 75,5 anos, sendo 71,9 para os homens e 79,1 para as mulheres. Para dimensionar a evolução, é importante saber que, em 1940, a idade dos homens chegava a 42,9 anos, ao passo que a das mulheres, que sempre viveram mais, chegava a 48,3.

É uma constatação numérica que os brasileiros estão vivendo mais; no entanto, no plano social, pode-se afirmar que estão vivendo melhor? Esta é a grande questão a ser refletida pela sociedade brasileira.



Em meio às inúmeras interrogações que desdobram sobre o assunto, há de se perguntar sobre o que o país, por meio de políticas públicas, está fazendo para preparar a sociedade no sentido de garantir uma vida digna na terceira idade.

Há 14 anos, o governo brasileiro, com o apoio de entidades representativas, criou o Estatuto do Idoso. Um compêndio de leis que estabelece uma série de especificações sobre os direitos da população idosa.

As leis do Estatuto são válidas para os cidadãos com mais de 60 anos de idade. O problema é que o Brasil, conforme apontou o IBGE, está chegando a uma média de vida próxima dos 80 anos. Então, outra questão que se desdobra é: em quais condições essas pessoas, em um período de 20 anos na terceira idade, serão compreendidas e absorvidas pela sociedade?

Diante desse novo perfil do brasileiro, é fato que, para se pensar no desenvolvimento futuro do país, será necessário, obrigatoriamente, compreender o passado.

A população brasileira da terceira idade enfrenta muitas dificuldades em razão dos serviços públicos insatisfatórios, principalmente na área da saúde, setor do qual o idoso, por razões naturais, mais precisa de amparo.

São falhas também, ou inexistentes, políticas públicas para que os idosos, ao encerrar seu ciclo laboral, possam desfrutar de lazer e tranquilidade. O efeito negativo disso é que milhões de pessoas são submetidas a ficar em suas casas; 70% dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobrevivem apenas com o salário mínimo e, como consequência, são “obrigados” a buscar novos empregos para a complementação de renda.

Ainda há muito a ser feito para que a população brasileira chegue à terceira idade com cidadania plena. Para isso, considerando o novo perfil demográfico brasileiro, o Solidariedade criou a Secretaria dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – um segmento do partido para pensar num Brasil para a terceira idade e, consequentemente, estabelecer políticas públicas, com efeito prático, que possam garantir uma vida digna aos brasileiros com mais de 60 anos de idade.■

“

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida, em 2016, subiu para 75,5 anos, sendo 71,9 para os homens e 79,1 para as mulheres. Para dimensionar a evolução, é importante saber que, em 1940, a idade dos homens chegava a 42,9 anos, ao passo que a das mulheres, que sempre viveram mais, chegava a 48,3.

Linha do tempo

○ A Fundação 1º de Maio

Cursos de formação e capacitação, grupos de trabalho (GT), pesquisas, debates sobre política e diversas temáticas de interesse social. Tentamos, ao longo desses mais de três anos de existência, honrar com o nosso compromisso de facilitar o acesso à informação e ao conhecimento, contribuindo para a formação da consciência crítica dos cidadãos. Ao lado do Solidariedade, lutamos pela construção de uma democracia verdadeiramente representativa e de uma sociedade mais igualitária.

Dá só uma olhada nos frutos dessa parceria:

2014

A Fundação 1º de Maio foi criada, oficialmente, em 18 de **setembro** de 2014, e já em **novembro** daquele ano fizemos a nossa primeira atividade: o seminário "Militância e Discriminação: O discurso do preconceito nas mídias sociais durante as eleições de 2014". E, desde então, não paramos mais!

2015

Março - Julho:

Ao longo de 2015, realizamos o primeiro ciclo de cursos de formação política. Percorremos o Brasil todo e **alcançamos mais de 1000 pessoas**. No ciclo foram ministradas palestras sobre ideologia e diretrizes do Solidariedade, **história política e democracia, comunicação, oratória e formação de líderes**.

Dezembro:

Depois de mais de 20 mil quilômetros rodados, realizamos o 1º Núcleo Nacional de Organização e Articulação do Solidariedade – um curso intensivo de cinco dias, em Mogi das Cruzes, São Paulo, que capacitou representantes de todos os estados brasileiros.

www.fundacao1demaio.org.br

E pelas redes sociais:



/fundacao1demaio



Fundação 1º de Maio

2016

Fevereiro - julho:

Estruturamos o segundo ciclo de cursos em dois módulos:

Organização Partidária e Mandatários.

Cada um deles foi direcionado para um público específico do Solidariedade (o primeiro, para as pessoas ativas na administração do partido, com cargos organizacionais; e o segundo, para os assessores, candidatos e pessoas que trabalham nas campanhas).

Mais de sete mil pessoas de todo o Brasil marcaram presença.

Agosto - setembro:

Com o objetivo de aproximar ainda mais as atividades da Fundação e do Solidariedade dos movimentos sociais, formamos os GTs de cada uma das secretarias: **Secretaria da Mulher; Secretaria dos Aposentados; Pensionistas e Idosos; Secretaria do Jovem; Secretaria do Movimento Sindical; Secretaria do Meio Ambiente; Desenvolvimento Sustentável e Agricultura Familiar; Secretaria da Igualdade Social; Secretaria da Pessoa com Deficiência e Secretaria da Liberdade da Expressão Religiosa e Filosófica.**

Pessoas engajadas de todo o país estiveram presentes.

Novembro:

As eleições de 2016 exigiram muito empenho e dedicação dos nossos candidatos, mas, como sabemos, gerir uma prefeitura é um grande desafio. Por entendermos a importância desse trabalho, preparamos **um curso para os prefeitos eleitos** pelo Solidariedade, em 2016, a fim de aprimorar seus potenciais e desenvolver, para a população, um trabalho ético e eficiente, de acordo com as nossas ideologias.

Dezembro:

Toda mudança requer atuação e aprendizado contínuos, por isso preparamos o **2º Núcleo Nacional de Organização e Articulação**, uma semana intensiva de cursos, palestras, gincanas e oficinas. Tivemos até uma simulação das atividades desenvolvidas na Câmara dos Deputados, tudo para tornar as nossas lideranças e os militantes peças-chave na elaboração de uma nova política, capaz de satisfazer verdadeiramente aos anseios da população brasileira.

O trabalho da Fundação 1º de Maio em conjunto com o partido Solidariedade não pára!

Para saber as novidades nos acompanhe pelo site

www.fundacao1demaio.org.br

2017

Janeiro:

Nesse mês, tivemos o **segundo encontro dos GTs** com as secretarias temáticas de movimentos sociais, no qual foram levantadas propostas de atuação para cada uma delas.

Fevereiro:

Como o trabalho do prefeito é realizado em parceria, também organizamos **um encontro para os vice-prefeitos** do Solidariedade. Assim eles puderam aprimorar os seus potenciais para auxiliar os prefeitos e desenvolver um trabalho coerente com as ideias do partido.

Fevereiro - julho:

O terceiro ciclo de cursos, **Mandatários II**, não poderia ter sido melhor! Recheou o primeiro semestre de muito crescimento. Voltado para os vereadores eleitos pelo Solidariedade, foi possível, aos participantes, aprofundar os conhecimentos adquiridos no ano anterior e fortalecer a atuação do partido na área pública.

Agosto - novembro:

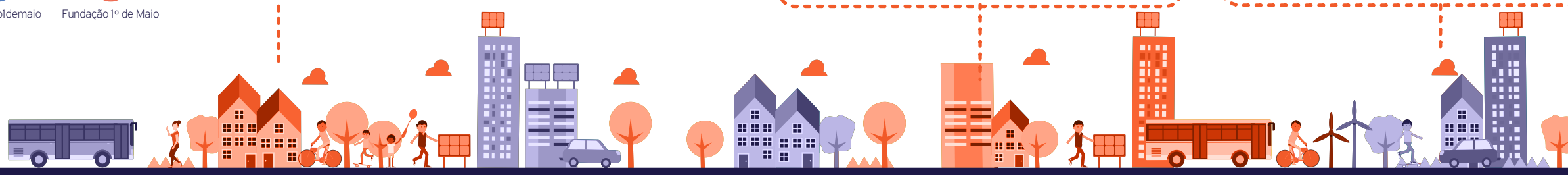
A hashtag **#SouSolidário** foi criada para os filiados do Solidariedade e membros da comunidade interessados em se engajar politicamente. Muitas vezes, a vontade de participar não vem acompanhada de informações ou conhecimentos que facilitem uma atuação cidadã consciente. Fornecer essas ferramentas e conhecimento foi o nosso objetivo. Setembro: No terceiro encontro dos GTs foram definidas estratégias de comunicação para melhorar os vínculos com a sociedade civil. Já estamos colhendo os frutos!

Novembro:

Atendendo às demandas das pessoas com deficiência representadas pela Secretaria da Pessoa com Deficiência do Solidariedade, **lançamos um site novo com recursos de acessibilidade**.

Dezembro:

Encontro Nacional do Núcleo de Organização e Articulação.



O Congresso Nacional é visto hoje como sinônimo de corrupção, a política vem perdendo a credibilidade e o número de abstenções nas urnas nas últimas eleições corrobora para essa descrença. Em meio à crise política, o combate aos corruptos aparece como principal bandeira dos movimentos sociais, mas parte da população parece não perceber que a solução talvez esteja para além dos muros de Brasília.

Ética, Moral e Corrupção: O que Nós temos a Ver com Isso?



Por Denise Neri, Advogada

O futuro. Eis o tempo mais usado por nós, brasileiros, para explicar o que somos e também o que não somos. Por diversas vezes, recorremos a uma realidade indistinta para explicar as ações do presente, projetando no futuro os nossos anseios. E o passado, tão renegado por nós, pouco importava quando o que buscávamos parecia só querermos seguir em frente.

Acontece que o presente glorioso como fora prometido ainda não deu as caras pelas terras tupiniquins, e as heranças do passado teimam em nos confrontar com cidades cosmopolitas que se chocam com lugarejos rudimentares, com uma violência maior do que em países que estão em guerra, quando doenças erradicadas em outras nações por aqui ainda se proliferam.

Não nos reconhecemos, e a crise pela qual passamos, e de que constantemente somos lembrados pela mídia brasileira, aponta que, para além da instabilidade política e econômica, estamos em uma crise de identidade. Neste momento, em vez de refletirmos sobre as ações que nos levaram ao lamaçal de problemas, buscamos nos encontrar estabelecendo maniqueísmos em polos binários.

A efervescência do ódio e da falta de tolerância nos insere ainda mais no cerne da degradação de nossos valores éticos e morais. Retomamos aqui tais conceitos.

“

O comprometimento dessa elite liberal, com interesses privados, conservadores e antidemocráticos, culmina no cenário atual como: a reprodução de uma lógica injusta na distribuição da riqueza e da renda – fruto da ânsia pelo poder e pelo controle; e a institucionalização da corrupção, tanto na esfera pública quanto na privada, traduzida no famoso “jeitinho”.

Oriunda do grego, *ethos* define-se pelo modo de ser (caráter). Moral, por sua vez, origina-se do latim *mos*, no plural *mores* (costumes). Dentro da concepção filosófica, “ética” significa o que é bom para o indivíduo e para a sociedade, fazendo referência a princípios humanitários fundamentais que são comuns a todos os povos. Por ter esse caráter universal, que contempla valores da sociedade como um todo, dá-se a diferenciação da moral, que atende a regulação dos valores e comportamentos considerados legítimos por uma sociedade. Em outras palavras, a concepção do que é moral varia de acordo com o que considera determinada sociedade, que pode não ter a mesma definição de outra.

Na busca pelo entendimento de nós mesmos, levamos nossos objetivos como cidadãos para o campo das disputas das narrativas. Assistimos a uma degradação moral, cujos desdobramentos refletem no atual cenário político brasileiro.

Nossa convivência está intrinsecamente ligada a acordos explícitos entre membros de um grupo, seja ele de categoria profissional, partido político, associação civil, religiosa etc., que atendam ao compromisso de realizar objetivos éticos. A materialização desses códigos se expressa por nossa Constituição Federal, que delimita os direitos e deveres dos cidadãos e cidadãs.

Todavia, conforme o decorrer da nossa história, fomos, desde o princípio, capturados pelo capital, e nossas leis se formaram como reflexos do projeto de uma minoria que detinha o controle político e econômico. Mesmo após a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988, que consagra o pacto social idealizado por Rousseau e o entendimento da sociedade como um todo, somos confrontados por brechas que permitem interpretações equívocas, que se alinham às mãos invisíveis e manipuladoras do mercado, que por sua vez permite a consideração de sujeitos consumidores, mas não de cidadãos.

O comprometimento dessa elite liberal, com interesses privados, conservadores e antidemocráticos, culmina no cenário atual como: a reprodução de uma lógica injusta na distribuição da riqueza e da renda – fruto da ânsia pelo poder e pelo controle; e a institucionalização da corrupção, tanto na esfera pública quanto na privada, traduzida no famoso “jeitinho”.

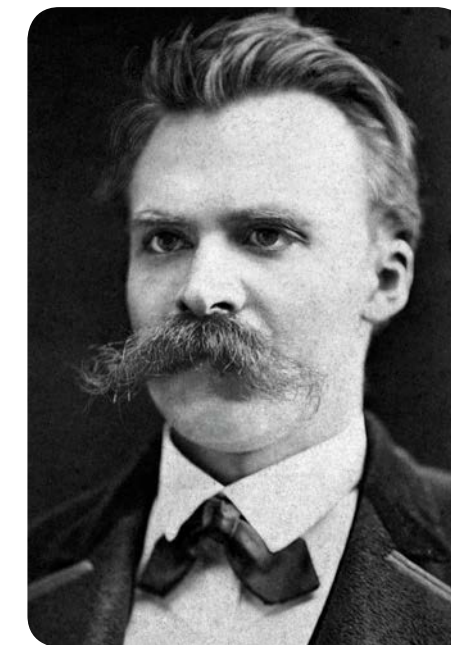
Na nossa política, a ética da malandragem assume uma ética própria, que sustenta relações espúrias entre parlamentares, partidos, judiciário e executivo, pois quando um político compra voto, negocia cargos, troca favores, influencia verbas públicas, ele está colocando em prática a degradação ética. Acompanhamos, cotidianamente, parlamentares e membros do executivo, e até mesmo do judiciário, envolvidos em escândalos ou, ainda, renunciando ao mandato, sendo cassados, e, tempos depois, vemos essas mesmas pessoas serem reeleitas. Nosso país depôs um presidente por meio de um processo de *impeachment*, mas, oito anos após sua condenação política, ele voltou reeleito pelo povo.

Na difusão do uso das hashtags, talvez devêssemos adotar esta: **#somentodosmacunaíma**. A figura do anti-herói brasileiro personifica a forma como a sociedade “naturalizou” a malandragem, presente na micro e na macropolítica. A indignação diante dos casos de corrupção não vem acompanhada de reflexões sobre ações como, por exemplo, estacionar em fila dupla e/ou nas vagas reservadas para idosos e deficientes, burlar uma fila, utilizar bens públicos para fins privados, tentar corromper agentes públicos, extrair uma xerocópia de um livro ou até mesmo comprar um CD pirata. Guardadas as devidas proporções, tais atos também são perniciosos.

A honestidade – característica que devia ser inerente a todos os indivíduos – passou a ser considerada qualidade; vangloria-se em dizer “sou honesto”, quando, na verdade, essa virtude devesse ser intrínseca ao caráter de todos. O esvaziamento da honestidade como agente de caráter chegou a tal ponto que se confundiu com o sujeito “otário”, e ser corrupto é

sinônimo de “esperteza”.

O filósofo alemão Nietzsche já considerava que os referenciais éticos eram sempre relativos a uma cultura específica e, por essa razão, não podiam constituir um critério absoluto de avaliação. Ele necessitava de um novo critério pelo qual pudesse avaliar valores que estivessem além de toda perspectiva moral e que servissem, ao mesmo tempo, como referência para julgar qualquer moral.



Friedrich Nietzsche



“

Na difusão do uso das hashtags, talvez devêssemos adotar esta: **#somentodosmacunaíma.**

Se somos resultado da soma de uma natureza generosa com uma história dolorosa, o que justifica a cultura da acomodação diante dessas falhas políticas? Vemos um povo acomodado com a falta de ética, e no campo político estes agem como se tudo fosse normal.

Um exemplo clássico dessa contradição foi o escândalo das passagens aéreas. Parlamentares que estavam cedendo passagens a amigos e a familiares, quando foram confrontados, alegaram como defesa que no regimento não constava o uso restrito a agentes políticos. Ora, estamos lidando com dinheiro público, dinheiro que é de todos; o bom senso diria que a situação perpassa o bem comum, portanto fere princípios éticos da coletividade, não necessitando estar descrito!

A antropóloga Livia Barbosa, em seu livro “O jeitinho brasileiro, ressaltou que “a malandragem e congêneres surgem como uma espécie de mecanismo de adaptação às situações perversas da sociedade brasileira”. Teríamos, assim, que essa malandragem é uma combinação da condição social desfavorecida e do histórico desamparo do poder público, o que faz um instrumento de sobrevivência.

As transgressões passaram a ser uma espécie de infração aceitável socialmente num país historicamente repleto de desigualdades. Isso vem ocorrendo desde a corte portuguesa, passando pelo voto de cabresto, pelo regime militar com as benesses que eram distribuídas e por todos os escândalos políticos atuais.

O que não podemos aceitar é que o

“

O que teríamos como consequência seria uma maior desestruturação social, tornando as condições de vida cada vez piores, pois passa a ser cíclico.

tipo “malandro” passe a ser paradigma, referência de uma ética paralela. Isso se torna um perigo à nossa sociedade, pois causa a justificação de uma corrupção generalizada, a falta de insurreição popular.

O que teríamos como consequência seria uma maior desestruturação social, tornando as condições de vida cada vez piores, pois passa a ser cíclico.

Talvez, essa tendência à “malandragem política” deva-se ao fato de se verificar importante subordinação do povo. Enquanto há carências gritantes, consegue-se a dominação dessa sociedade.

Hoje chegamos perto da tão sonhada liberdade democrática para a classe operária, tanto que a origem de nosso presidente Paulinho da Força é dessa classe, porém, enquanto os salários forem miseráveis, enquanto houver programas de auxílio, enquanto não tivermos uma distribuição de renda melhor, manter-se-á um estado burguês. Povo dominado pelo capitalismo. A classe econômica acaba determinando o voto; quanto

mais investe em campanhas, mais chance de ser eleito o candidato tem. Notamos com frequência que, na classe política, poucos são os operários e menos favorecidos que chegam ao poder. Talvez o financiamento público da campanha eleitoral possa conferir maior grau de isonomia ao sistema e de amplitude ao exercício da democracia, mas isso é outra discussão, mais ampla e profunda.

Não podemos nos conformar com o atual modelo político, pois a falta de ética poderá até abalar a tão galgada democracia.■

Referências

BARBOSA, L. **O jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

NIETZSCHE, F. **Além do Bem e do Mal** (tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed. 2002.

A Necessidade da Religião na Esfera Política

Por Aleksandro Santos, Secretário Estadual da Secretaria da Liberdade de Expressão Religiosa e Filosófica - SP

Embora não pareça muito evidente, é fato que o atual Estado democrático de direito é uma construção filosófica pautada em antigos conceitos cristãos que foram secularizados. Na Idade Média, instituições separadas formavam o poder temporal – o corpo político –, por um lado, e o poder espiritual, por outro, o qual era responsável pela vida moral e contemplativa do homem. Tal distinção ocorreu somente no mundo cristão. Com o tempo, porém, a secularização e a globalização deram origem a um progresso técnico e capitalista sem precedentes, que, articulando uma visão mecanicista do homem como indivíduo e um estilo de vida consumista, aos poucos esvaiu o sentido do ser humano, difundindo o narcisismo como modo de vida.



No entanto, essa situação é prejudicial à própria concepção democrática, uma vez que torna inviável a compreensão solidária da coletividade como encontro do bem comum. Nesse ponto, a religião ainda hoje pode contribuir para o Estado democrático com suas práticas de amor, solidariedade e justiça equitativa.

Em fevereiro de 2000, o então cardeal Joseph Ratzinger, futuro papa (hoje, emérito) Bento XVI, e o filósofo Paolo Flores d’Arcais travaram um debate sobre a fé e a razão – a fé e sua relação com a nossa vida laica, centrada na subjetividade dos cidadãos. Em janeiro de 2004, o mesmo cardeal e o filósofo Jürgen Habermas discutiram a secularização e o seu convívio com o mundo religioso, tendo como premissa a busca de um bem comum.

Esses encontros foram elucidativos, permitindo, na Europa, um enriquecimento mútuo sobre o papel da religião em um mundo cientificista e globalizado – e por isso mesmo individualista e relativista, o que torna inviável o progresso comum numa democracia em que cada cidadão é responsável por gerir a vida pública.

Aqui no Brasil, percebe-se que essas questões e discussões também precisam ser propostas, já que várias demandas envolvendo a religião e a fé poderiam deturpar o caminho democrático e laico do país.

Numa época de políticas sociais e de afirmações dos direitos de minorias, a discussão sobre religião seria algo tanto benéfico como cognitivo e pedagógico para a democracia. **Torna-se relevante, portanto, saber qual o papel do Estado nessa relação.**

“

Em fevereiro de 2000, o então cardeal Joseph Ratzinger, futuro papa (hoje, emérito) Bento XVI, e o filósofo Paolo Flores d’Arcais travaram um debate sobre a fé e a razão – a fé e sua relação com a nossa vida laica, centrada na subjetividade dos cidadãos.

Por si só, já nessa questão, nota-se a importância da religião para o indivíduo, bem como a sua atuação a partir dele na vida social. Como afirma o filósofo John Rawls, cada religião é uma doutrina que contém uma imagem de mundo, a qual envolve estruturalmente toda a vida do indivíduo. Justamente por isso, é de se esperar dos seus membros que pensem de acordo com o ethos da sua fé, **e isso até mesmo no âmbito da esfera pública**, já que não há como tornar a fé privada, pois o ethos conduz o crente, com a sua visão de mundo determinada pelo caráter substancial de sua fé.

Para o não crente, porém, a atuação religiosa na esfera política soaria como afronta à imparcialidade democrática, já que ela não condiz nem com a visão de mundo dos adeptos de outras religiões nem com a dos descrentes. Para muitas pessoas, a política deveria ser pautada por uma visão cientificista, que seria um modo racional e universal; isto é, a política teria de se fundar em conceitos próprios da razão positiva, compreendidos pela maioria.

Sem pretender tornar problemática a questão, mas indo ao seu cerne, é

necessário entender que a própria formação do Estado democrático é uma construção filosófica fundamentada em conceitos cristãos secularizados e feitos pragmáticos há não mais que 300 anos. Vamos procurar entender um pouquinho do seu percurso histórico.

A história da maior parte das civilizações consiste na ascensão de impérios, os quais eram mantidos em harmonia pela figura do imperador e sua força militar, pela identificação desse imperador com o filho de um deus (ou, então, com o poder por ele constituído). Nota-se esse fenômeno no Oriente, na China e mesmo no Japão, onde a não filiação divina só foi reconhecida após o fim da Segunda Guerra Mundial. Dinastias mudavam, mas cada novo grupo governante se apresentava como se estivesse a restaurar um sistema legítimo.

Aqui no Ocidente, nada parecido com isso se firmou, e esta é sua maior particularidade entre as demais civilizações. Com o fim do Império Romano, o pluralismo tornou-se a característica definidora da ordem europeia, por meio de um conselho de príncipes presidido por um imperador que não era filho de nenhuma divindade, mas, sim, ele mesmo uma parte constitutiva da ordem. Essa ordem era regida segundo leis e um ethos revelado por Deus na pessoa de seu Filho, o qual era desempenhado de modo visível pelo papado e pelo corpo espiritual, a Igreja.

As instituições formavam respectivamente o poder temporal – o próprio corpo político – e o poder espiritual, que regia a moral e a vida contemplativa do homem. Mesmo suportando conflitos acalorados em suas bases teológicas e filosóficas (para definir as áreas específicas de ambas), vê-se que esse modo político de ser e agir exclusivo do Ocidente (ou, poderia se dizer, do mundo cristianizado) foi feito possível pela queda do Império Romano; queda que, para restaurar o Império, tornou necessário o fortalecimento do papado como esfera político-espiritual – esta oriunda tanto da falta de um governo como da organização coesa da Igreja.

Esse modo político dual também foi possibilitado pela própria hermenêutica filosófico-teológica dessa fé, fundamentada pela linguagem bíblica das moedas (“Dai a Cesar o que é de Cesar, e a Deus o que é de Deus” [Mateus, 22:21]¹) e das duas espadas – uma é de Pedro (o papado), a outra é de responsabilidade do imperador.

Tal hermenêutica permitiu a formação de duas instituições separadas, o corpo político e o religioso, harmoniosamente constituídas para dar ordenamento à condução individual e social, para o fim que a existência determina à vida humana.

“

Em janeiro de 2004, o mesmo cardeal e o filósofo Jürgen Habermas discutiram a secularização e o seu convívio com o mundo religioso, tendo como premissa a busca de um bem comum.

1 Bíblia Sagrada, Tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous (Bélgica). 91 ed. Editora Ave Maria Ltda, 1994.

No processo descrito, percebe-se bem a singularidade da ordem europeia que chegou até as outras nações. E o que hoje identificamos como laicidade é uma progressiva realidade constituída na concepção cristã de mundo.

Somente com a tentativa de contornar as disputas religiosas e a construção das monarquias modernas, possibilitadas no tratado de Vestfália (em que a liberdade de religião do rei era à base de configuração dos seus domínios), logo depois se chegou à liberdade de consciência do cidadão perante o Estado neutro, que se tornou parte do entendimento de atuação, gerando um Estado forte, com o cidadão participando dele – mas não como um homem de fé.

Essa atual construção política tem uma configuração benéfica, já que a globalização se encarrega de abarcar a pluralidade dos povos, o avanço técnico e as possibilidades individuais, tornando possível uma nova configuração para a vida social e familiar, além de fazer com que o acordo comum, de feições democráticas e com pressupostos exclusivamente racionais ou técnicos, contribua para a esfera pública dos cidadãos.

No entanto, é com base nesse progresso técnico e numa globalização capitalista sem precedentes que, fechados numa visão mecanicista do homem como indivíduo e pautados num estilo de vida consumista, percebe-se que o sentido do ser humano contemporâneo está se esvaindo. E o narcisismo resultante, como modo de vida, acaba sendo prejudicial à própria concepção democrática, pois torna inviável a compreensão solidária da coletividade como o encontro do bem comum. Ora, numa democracia em que os direitos individuais prevalecem em relação aos coletivos, há sempre o risco de se perder a justiça distributiva da equidade e de o temor da discussão pública das dificuldades ter mais peso do que a reflexão sobre questões como aposentadoria, a fome no mundo ou a educação para todos.

Desse modo, sendo a democracia um âmbito inclusivo, não será a religião uma dimensão que, pela sua capacidade pedagógica e pelos seus princípios de solidariedade e compaixão, nutre uma força rejuvenescedora em um mundo indiferente e autômato?

Jürgen Habermas já refletia sobre essa condição, denunciando o caráter crítico do que ele chamou de razão instrumental – uma razão direcionada para a técnica, que burocratiza e transforma todas as relações num sistema econômico, levando o homem a mudar a sua ação comunicativa ética socializante para uma ação de viés individualista e narcisista.

Em um momento de crise nas instituições e na compreensão da democracia como ethos de caráter inclusivo que visa ao bem comum, e isso num país onde a violência e a corrupção são apresentadas como “cultura do povo”, a religião tem mostrado sua capacidade pedagógica, socializante e a força política de tolerância e criatividade (quando trabalhada filosoficamente em suas bases ontológicas), pois faz o outro vir a ser reconhecido como uma parte da nossa própria existência. Ademais, pela sua instituição milenar. A Igreja Católica, assim como outros instituições religiosas, colaboram com novas perspectivas de políticas públicas visando à comunidade local, preservando sua cultura e reconhecendo as suas necessidades.

Por sinal, neste momento, é de se notar o quanto a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), nos seus documentos (número 91), tem pleiteado uma reforma do Estado, através da participação democrática. Enfatizando de maneira descritiva a crise do capital a partir de 2008, bem como a das

“

Jürgen Habermas já refletia sobre essa condição, denunciando o caráter crítico do que ele chamou de razão instrumental – uma razão direcionada para a técnica, que burocratiza e transforma todas as relações num sistema econômico, levando o homem a mudar a sua ação comunicativa ética socializante para uma ação de viés individualista e narcisista.

instituições, o documento conclama seus fiéis – homens e mulheres de bem que almejam ser algo na vida mais do que mero objeto – a atuarem na construção da democracia participativa, ou seja, a se colocarem em associações comunitárias e a se filiarem a partidos políticos, para, dessa forma, dar voz e vez aos necessitados e aos excluídos da sociedade de consumo, bem como aos marginalizados pelas suas opções sexuais e religiosas. O documento é, de fato, um leque de ideias populares que, colocadas em prática nas comunidades, auxiliam, e muito, a relação política institucional comunidade-eleitor.

Do mesmo modo, o documento 105 conclama os cristãos leigos e leigas a participarem de modo democrático visando ao bem comum, e não apenas como porta-vozes de um ethos religioso.

Nota-se, assim, a amplitude dos documentos oriundos de uma religião cristã, os quais expressam a sua força democrática – ela que tanto contribuiu, aliás, na redemocratização do país, seja por meio de suas lideranças, seja por meio de seus fiéis.

Em suma, a religião, e de modo particular o cristianismo, não foi apenas uma parte da história ocidental, mas a formadora da própria ideia de Ocidente e, no decorrer desses 2 mil anos, da concepção do que é o Estado de direito; separação esta ocorrida apenas no ato metodológico, pois as concepções filosóficas básicas ainda são cristãs, secularizadas, todavia, por pensadores como Immanuel Kant e, modernamente, por Jürgen Habermas e John Rawls.

Assim, é óbvio que a religião, na sua moralidade, no seu ethos para o mundo, deve criticamente contar com a razão como parte constante da sua autocrítica,

“

Em suma, a religião, e de modo particular o cristianismo, não foi apenas uma parte da história ocidental, mas a formadora da própria ideia de Ocidente e, no decorrer desses 2 mil anos, da concepção do que é o Estado de direito; separação esta ocorrida apenas no ato metodológico, pois as concepções filosóficas básicas ainda são cristãs, secularizadas, todavia, por pensadores como Immanuel Kant e, modernamente, por Jürgen Habermas e John Rawls.

uma vez que o bem público é o fim último da política.

Resumindo, a fé particular, a visão de mundo do crente, continua privada enquanto discurso e linguagem próprios de grupo, como diria Ratzinger. Mas é na atuação do fiel que a sua visão de mundo deixa de ser algo privado, já que, se no Estado democrático de direito a religião e suas práticas forem o que deveriam ser – amor, solidariedade, justiça equitativa –, a religião será reconhecida não apenas como uma contribuinte na política liberal, mas também como um rosto próprio que lhe é de direito e como uma racionalidade própria que contém uma substancialidade universal.

Referências

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de: Mauro W. Barbosa. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ARENDT, H. **Sobre a revolução**. Tradução de: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Bento XVI. **Carta encíclica Caritas in Veritate**. 5 ed. Editora Loyola, São Paulo, 2011.

CNBB. **Por uma reforma do Estado com participação democrática**. Documentos da CNBB, 91.

CNBB. **Por uma reforma do Estado com participação democrática**. Documentos da CNBB, 105.

Rawls, John. **O Liberalismo político**. 2 ed. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 2000.

KISSINGER, H. **Ordem mundial**. Tradução de: Cláudio Figueiredo. 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

A violência doméstica marca a história de milhares de mulheres brasileiras. Responsabilizadas pelos abusos sofridos, vivem como se devessem prestar contas à sociedade e à própria família. O machismo, o preconceito e a negligência do Estado caminham lado a lado nessa sombria realidade.

Retratos sobre a Violência Doméstica e Familiar

Por Adriana Peres e Beatriz Draque

Falar sobre violência doméstica quando se está no lugar de vítima não é algo simples. Sentimento de culpa, vergonha e medo são apenas alguns dos fatores que levam milhares de mulheres a se calar. Fomos em busca de histórias que pudessem nos fazer refletir sobre a violência diária e constante que essa parte majoritária da população sofre. A vulnerabilidade socioeconômica pode tornar a situação ainda mais grave ao somar diferentes formas de violência, mas isso não significa que a violência doméstica esteja apenas nas classes mais pobres. Ela permeia as relações sociais, e, ao que pudemos observar, o seu combate requer uma ruptura profunda do status quo. **De que maneira cada um de nós contribui para perpetuar essa realidade?**



Entrevistamos professores, visitamos um albergue na cidade de São Paulo que atende mulheres em situação de vulnerabilidade e conversamos com mulheres vítimas de violência. “Demos de cara” com a realidade descrita em pesquisas – pessoalmente muito mais cruel e impactante. O resultado disso você confere a seguir. Em casos de dúvidas, sugestões e complementos, e se você também quiser nos contar a sua história ou incluir mais dados, estamos à disposição.

Antecipando a resposta da questão deixada anteriormente, **apenas o trabalho coletivo poderá colocar a sociedade brasileira em um novo caminho, longe da violência doméstica.**

Gênero

Para discutir a violência doméstica e familiar é imprescindível que se coloque em questão os papéis de gênero impostos e desempenhados em nossa sociedade, posto que tais papéis produzem um forte impacto na sociabilidade dos sujeitos.

As desigualdades historicamente construídas proliferam as violências sistêmicas e estruturais contra as mulheres. Tais disparidades estão espalhadas em diversas áreas da vida em comunidade, como nos campos político, cultural e econômico.

Na atualidade é possível notar uma maior emancipação da mulher frente às atribuições que sempre lhe foram impostas. Com o avanço dos direitos e a massiva inserção da mulher no mercado de trabalho, vê-se uma maior discussão em torno das opressões sofridas pelo gênero feminino, e esses debates devem-se, em grande parte, aos movimentos organizados de mulheres que vêm se fortalecendo nos últimos anos, visando à eliminação das opressões de gênero e das violações aos direitos humanos vinculados a esse ser. Entretanto, a violência doméstica, perpetrada em maioria contra as mulheres, ainda persiste na sociedade brasileira sob diversas nuances e intensidades.

Faces da violência

A Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, tipifica cinco modos de violência doméstica e familiar, esclarecendo que a violência doméstica abrange vários ângulos da vida da vítima. Entre os tipos de violência, podemos citar:



Violência psicológica: caracteriza-se pelos atos de xingar, humilhar, ameaçar, intimidar e amedrontar a mulher; criticá-la continuamente, desvalorizar seus atos e desconsiderar sua opinião ou decisão; debochar publicamente dela; diminuir sua autoestima; tentar fazer a mulher ficar confusa ou achar que está louca; controlar tudo o que ela faz, quando sai, com quem e aonde vai; usar os filhos para fazer chantagem.



Violência física: pode ser entendida como os atos de bater e espancar; empurrar, atirar objetos, sacudir, morder ou puxar os cabelos; mutilar e torturar; usar armas brancas, como facas, ferramentas de trabalho, ou de fogo.



Violência?!, Mariana* ri e complementa: Já sofri muitas.



As desigualdades historicamente construídas proliferam as violências sistêmicas e estruturais contra as mulheres.

Além desses dois tipos de violência, os mais recorrentes entre as mulheres, existem outros delitos na vida de milhões de brasileiras. O **crime de ordem sexual** caracteriza-se no momento em que se força relações sexuais quando a mulher não quer, quando ela está dormindo ou sem condições de consentir; ao fazer a mulher olhar imagens pornográficas quando ela não deseja; ao obrigá-la a fazer sexo com outra(s) pessoa(s); e ao impedir a mulher de prevenir gravidez, forçá-la a engravidar ou, ainda, forçar o aborto quando esta não quiser.

Por sua vez, a **violência patrimonial** envolve o controle, a retenção ou a retirada do dinheiro da vítima e danos propositais causados a objetos de que ela goste. Destruir ou reter objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais e outros bens e direitos também está incluído nessa categoria.

Com a emergência das redes sociais nota-se também um crescimento da **violência moral** sofrida por mulheres. Essa violência se caracteriza pela prática de humilhação em ambientes públicos e/ou em redes sociais, pela exposição da vida íntima do casal, pela acusação pública de crimes que a mulher possa ter cometido

etc. Inventar histórias, falar mal da mulher para outros com o intuito de diminuí-la perante a sociedade também pode ser estabelecido como crime, com base na Lei Maria da Penha.

O abuso contínuo a partir das mais diversificadas agressões conjugais pode gerar graves consequências nas vítimas, que vão desde dores no corpo, passando por depressão, abortos e tentativas de suicídio.

VISITA A UM CENTRO DE ACOGLIMENTO A MULHERES

“Violência?!”, Mariana* ri e complementa: “Já sofri muitas”. Assim iniciamos nossa conversa no centro de amparo a mulheres em situação de vulnerabilidade Maria Maria, na Zona Norte de São Paulo. O centro conveniado com a prefeitura de São Paulo, gerenciado pela Organização Não Governamental (ONG) Croph, tem capacidade para atender 134 pessoas, entre mulheres e crianças. Funcionando há 40 anos, o albergue recebe mulheres vindas de outros estados que não têm lugar para ficar, com problemas psiquiátricos, ex-moradoras de rua e muitas vítimas de violência doméstica. As histórias são inúmeras.

Aos 21 anos de idade e com um filho de poucos meses, enquanto coloca o celular para carregar, Mariana nos pergunta quem somos e que idade temos:

– Vocês são jovens, “né”?

Bermuda *jeans*, camiseta branca larga, cabelo curto levemente cacheado e uma serenidade no olhar que contrasta com as marcas deixadas pelo tempo. Quando explicamos que faríamos uma matéria sobre violência doméstica, ela agiu com indiferença, afinal violência faz parte do seu cotidiano. Morou em um orfanato quando pequena, em alguns albergues e também na rua, onde apanhou várias vezes, segundo relato.

– Saí da rua porque engravidei, não podia ter meu filho assim.

Sobre o pai da criança, ela é objetiva: – “Tá” no processo.



Muitas vezes a violência doméstica leva as vítimas a se culparem devido às violações psicológicas que sofrem.

Nossa presença ali não parece significar muita coisa e, enquanto um abismo se abre entre as nossas realidades, ela se volta para o celular.

Segundo dados da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, estima-se que as denúncias de violência doméstica e familiar contra a mulher cresceram cerca de 133% entre o primeiro semestre de 2015 e 2016. A Lei Maria da Penha revela que qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimentos físico, sexual e/ou psicológico e danos moral e/ou patrimonial, pode ser considerada caso de violência.

Muitas vezes a violência doméstica leva as vítimas a se culparem devido às violações psicológicas que sofrem. A mulher se vê em um contexto de dependência financeira ou afetiva do parceiro e se encontra, geralmente, em um relacionamento abusivo. Os filhos também são uma forma de chantagem para que a mulher não tome as providências necessárias para o fim daquela situação. Tantos fatores fazem do fenômeno da violência doméstica algo muito complexo e de difícil compreensão.

Marisa* se aproxima de Mariana para pedir o carregador, com um *shorts jeans* curto e uma camiseta regata apertada com estampas infantis, e olha curiosa para o nosso equipamento; perguntamos se são amigas, e ela diz que sim ao nos contar sobre o lugar onde se conheceram.

– Nos conhecemos em um albergue maternal – Marisa não responde quando perguntamos sobre o local da instituição. – Depois eu vim para cá, e ela acabou vindo também! – sorri ao dizer isso.

Ela tem 19 anos de idade e uma filha com poucos meses. Quando perguntamos sobre o pai da criança, um pouco receosa, responde que ele está na justiça, mas frisa que não teve problemas com o companheiro. A relação jurídica que interpela a amorosa parece ser uma constante na vida dessas mulheres. Ficamos sabendo mais tarde que Marisa já havia estado no acolhimento sigiloso, local para onde as mulheres são enviadas quando há risco de vida. Nele as regras são mais rígidas, impossibilitando as protegidas de saírem e manterem contato com seus conhecidos. As mulheres assinam um termo de responsabilidade para não divulgarem o endereço, conforme nos explicou a psicóloga Aline Leite, que trabalha no centro de acolhimento Maria Maria e com quem conversaríamos mais tarde. Por isso, muitas vezes, as mulheres não aguentam a pressão e assumem o risco no sistema aberto.

Marisa diz que prefere o Maria Maria porque:

– [...] aqui elas cuidam da gente; lá – referindo-se ao acolhimento maternal, onde teve o seu filho – qualquer coisa elas ameaçavam tirar as crianças. Só não perdi a minha porque não uso drogas, senão já teria perdido ela.

Marisa nos relata que a maioria das mulheres que chegam ao acolhimento maternal é usuária de drogas e precisa passar por aconselhamento e tratamento. A permanência da guarda depende disso.

– Mas, às vezes, a mulher fazia isso, e eles assinavam dizendo que ela não queria ou que não estava melhorando. Um dia uma moça saiu, e quando voltou tinham levado o filho dela.

Marisa sabe que na sociedade em que vivemos a palavra de mulheres como ela não vale muita coisa.

– Você sabe como é, é a voz deles contra a nossa. Outro dia vieram aqui falar comigo sobre isso, e eu falei mesmo, mas o que vão fazer? – ela se indigna, percebe a violência, mas sabe que nessa luta está na ponta mais fraca.

Estar no albergue é “dar de cara” com um muro denso e cruel que separa a nossa realidade da das entrevistadas. As gerações, apesar de tão próximas, são marcadas por experiências completamente distintas, de famílias estruturadas à possibilidade de reconhecer-se um ser potente. Os caminhos que nos separam são largos, permeados por possibilidades de escolha que tivemos e teremos ao longo de nossa vida, possibilidades que nunca chegaram a essas mulheres. Apesar de serem mulheres nessa sociedade machista, as nuances da violência chegam mais forte para quem está, por todos os lados, vulnerável.

A violência doméstica e familiar caracteriza-se por ser a violência inserida no ambiente familiar, velada ou explícita. Nela estão incluídos indivíduos ligados por grau de parentesco civil, sendo estes: marido, esposa, sogros, padrasto e madrastra; ou por parentesco natural, como: pai, mãe, filhos e irmãos. Estão integradas nesse conceito práticas de violência e abuso sexual contra idosos, mulheres, crianças e homens.

Já a violência doméstica e familiar contra a mulher está incorporada na sociedade patriarcal sob diversas formas e intensidades, recorrentes no mundo todo. Os mais variados tipos de violência motivam crimes graves contra os direitos humanos. No entanto, muitas vezes, a mulher é responsabilizada pela violência sofrida, e o criminoso absolvido a partir da minimização da gravidade da questão.

Do total de atendimentos realizados pelo Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher), no primeiro semestre de 2016, 12,23% (67.962) corresponderam a relatos de violência. Entre esses relatos, 51,06% dos atendimentos corresponderam à violência física; 31,10%, à violência psicológica; 6,51%, à violência moral; 4,86%, a cárcere privado; 4,30%, à violência sexual; 1,93%, à violência patrimonial; e 0,24%, ao tráfico de pessoas.

“

Do total de atendimentos realizados pelo Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher), no primeiro semestre de 2016, 12,23% (67.962) corresponderam a relatos de violência.

Entre esses relatos, 51,06% dos atendimentos corresponderam à violência física; 31,10%, à violência psicológica; 6,51%, à violência moral; 4,86%, a cárcere privado; 4,30%, à violência sexual; 1,93%, à violência patrimonial; e 0,24%, ao tráfico de pessoas.

”

Segundo dados da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, estima-se que as denúncias de violência doméstica e familiar contra a mulher cresceram cerca de 133% entre o primeiro semestre de 2015 e 2016.

Para o pesquisador Marcelo Neumann, psicólogo de formação que atua no Laboratório de Estudos de Violência e Vulnerabilidade (LEVV), da Universidade Presbiteriana Mackenzie, a mulher vive numa situação de transgeracionalidade de violência em que a repressão é perpetuada de geração em geração, fazendo com que ela a perceba como algo comum.

– Muitas vezes ela teve um pai violento, avós violentos. Quando está na relação com o outro, com um companheiro, ela naturaliza essa violência. Ela pensa que este é o destino dela – destaca o pesquisador.

A naturalização da violência faz com que suas facetas menos explícitas, como é o caso da violência psicológica, passem despercebidas. Marcelo acredita que é necessário empoderar as mulheres para que elas criem mecanismos de identificação, ajudando-as a sair dessa situação. “É necessário mostrar que existe uma violência psicológica. Ele te xinga, te humilha, te constrange na frente dos outros, e isso não é legal. Você, ao falar mal e xingar sistematicamente uma pessoa, vai minando a autoestima dela. Uma mulher que é chamada de burra ou vagabunda, por exemplo, se ela sistematicamente ouve essas coisas, cria um autoconceito de que ela é isso, cria uma autoimagem ruim dela própria.”

A não percepção dessas nuances ou a visão de que são violências menores e que fazem parte da vida conjugal, leva essas mulheres a não denunciarem.

– É como se fosse algo comum que a leva a pensar: “Ah, tudo bem, pelo menos ele não está me batendo”.

“

“Para que essa situação mude, precisamos dar uma guinada brutal na nossa sociedade. A questão da mulher na vida social ainda é muito embrionária. E a mudança precisa ser feita em diferentes aspectos da sociedade. Precisamos pensar quais são os mecanismos sociais e psicológicos que fazem um homem agredir uma mulher” – salienta o professor.

Marcelo Neumann, psicólogo de formação que atua no Laboratório de Estudos de Violência e Vulnerabilidade (LEVV),



Segundo Neumann, mesmo sendo possível perceber avanços, ainda vivemos, em pleno século XXI, questões dos séculos XVIII e XIX, quando a repressão sobre a mulher era bem maior. “Para que essa situação mude, precisamos dar uma guinada brutal na nossa sociedade. A questão da mulher na vida social ainda é muito embrionária. E a mudança precisa ser feita em diferentes aspectos da sociedade. Precisamos pensar quais são os mecanismos sociais e psicológicos que fazem um homem agredir uma mulher” – salienta o professor.

– É “pra” falar sobre a minha vida? Eu já passei em abrigo dez anos, porque eu apanhava muito do marido da minha tia. Saí do abrigo quando eu tinha 18 anos, aí fui morar na rua. Ai, é... tinha uma casa, só que o pai da minha filha me batia muito, aí eu peguei e fui para o albergue. No albergue eu conheci o pai dela e do menino. Eu apanhava muito. Fiquei 8 oito anos apanhando.

A pedido da coordenação do albergue, Michele* veio conversar com a gente. Chegou meio sem jeito com seus dois filhos, uma menina em idade de colo, que dormia no carrinho, e um menino com pouco mais de 5 anos, que preferiu olhar de longe. Mais uma vez, nossa presença ali era mera casualidade.

Michele nos inicia numa narrativa truncada, mecânica e repleta de violência por parte não somente daqueles que deveriam apoiá-la e amá-la, como também de um Estado ausente. Já teve de trocar de albergue diversas vezes por causa do ex-companheiro. Muitas vezes, quando a mulher está sob medida protetiva e o marido acaba conseguindo vaga em algum centro de acolhimento próximo, ela

precisa ser transferida, conforme a própria Michele nos explicou. A procura por vagas na creche e na escola precisa ser refeita, numa busca incessante por condições mínimas de sobrevivência, dela e dos filhos.

Antes de começar essa saga, ela vivia numa ocupação. Michele nos contou que lá tinha uma casa – a casa era dela, como fez questão de frisar –, mas que foi destruída pelo companheiro na época.

– Ele quebrou tudo na ocupação por causa do crack.

Apanhou até os oito meses da primeira gravidez, e também na segunda, mas foi somente depois de perder a visão que ela resolveu denunciar. Apon-tando para o olho direito, ela nos contou:

– Não tenho essa visão por causa dele. Ele me deu um soco.

A causa? Ciúmes!

– Eu estava conversando com um menino de 16 anos – continua –, e ele me deu um soco, o que me deu um trauma; por causa do trauma deu hemorragia na vista. Eu não enxergo nada.

“

Apanhou até os oito meses da primeira gravidez, e também na segunda, mas foi somente depois de perder a visão que ela resolveu denunciar.

O homem foi denunciado, mas ficou preso por apenas três dias.

– Três dias?! – acabamos não conseguindo disfarçar nossa perplexidade.

Michele se limitou a continuar como se não entendesse o nosso espanto.

– Ele disse que era culpa minha, que fiquei cega por causa da gravidez. Ele diz que não foi ele. Agora ele fala que vai pegar meu filho de mim. A menina, não. Ele não aceita “filha mulher”, ele rejeita; só “filho homem” que ele aceita.

Michele reconhece a diferença primordial entre ela e o ex-companheiro. Ele cometeu crime, e ela não. Ele está solto, e ela não. Ele nasceu homem, e ela não. Cansada, ela repete que teve uma casa, e que hoje vive “pulando” de albergue em albergue. Os filhos nem sempre conseguem brincar.

– No albergue que eu estava antes, as crianças não podiam ficar soltas. Se a gente saía de perto delas um pouco, já ameaçavam tirar a guarda – a garota se queixa.

Antes de nos despedirmos, Michele resume a sua vulnerabilidade e o ciclo que se perpetua na sociedade brasileira:

– Queria que ele fosse preso porque o que ele fez comigo ele faz com outra. Ele fica solto, e eu fico aqui...

Além dela, milhares de mulheres enfrentam diariamente a violência, em alguns casos não vivem para contar as histórias. De acordo com o Mapa da Violência 2015 – Homicídios de Mulheres no Brasil, em pouco mais de trinta anos o número de mulheres vítimas de homicídio aumentou 252%. Entre as vítimas, as mulheres negras são as prioritárias, assim como a maioria das mulheres que vive no albergue Maria Maria.

Enfim, nos cumprimentamos. Poucas palavras:

– Obrigada, Michele!

Não tínhamos mais nada para falar! Precisávamos digerir todas aquelas histórias e continuar as entrevistas. Fica um vazio. Uma perplexidade. Um abismo. Nossos caminhos, mais uma vez, seguiam rotas distintas.

Na cidade de São Paulo, uma das maiores metrópoles do mundo, não encontramos centros de acolhimento especializados para homens com filhos. Se um pai em situação de vulnerabilidade precisa de ajuda do Estado, ele deverá procurar assistência em albergues que atendam famílias, muitos deles voltados para o que Aline Leite chama de “família Doriana”: pai, mãe e filho. Retrato de uma sociedade que ainda delega às mulheres a responsabilidade pela criação dos filhos e, muitas vezes, pela própria agressão sofrida.

– Muitas delas chegam aqui e acham que têm culpa do que aconteceu. Temos que fazer todo um trabalho com elas para perceberem que vítima é vítima.

Aline é psicóloga no albergue e faz a triagem das mulheres que chegam ao Maria Maria para direcioná-las às acomodações: quartos para mães com filhos pequenos, para mulheres sem filhos, para mulheres com problemas psiquiátricos ou para atendimento psicológico (que ocorre fora do centro de acolhimento). Conseguiu nos atender depois da nossa conversa com as mulheres, entre um e-mail e outro que ela precisava responder urgente e no meio de inúmeros documentos, solicitações, relatórios. Ela nos explica o trabalho desenvolvido no albergue. Para chegar lá, as mulheres precisam se inscrever no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), uma unidade pública estatal de base territorial, localizada em área de vulnerabilidade social. Os casos são analisados e encaminhados para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Essas unidades são responsáveis por encaminhar as pessoas para um centro de acolhimento específico que tenha vaga, mas nem sempre isso acontece.

– Na hora que vocês chegaram, como estava lá fora? – Aline nos pergunta.

Havia homens e mulheres deitados em colchões velhos, casais, grupos, todos esperando uma vaga.

No mesmo terreno onde se encontra o Maria Maria existem outros centros de acolhimentos para idosos e homens, também gerenciados pela Croph. Eles possuem espaços específicos, mas as entradas são próximas; o Maria Maria é separado por um grande portão de ferro.

O albergue fornece alimentação, produtos de higiene básica, segurança, entre outros, e auxilia em questões jurídicas, na procura por serviços de capacitação e por vagas em creches e escolas. As mulheres podem permanecer pelo tempo que precisarem, mas são incentivadas a buscar independência.

– Queremos que essas mulheres criem autonomia, mas o sistema não ajuda – destaca Aline.

Há poucos dias, antes de nossa visita, foi realizada uma reunião com a comunidade do entorno para mostrar o trabalho no centro, e a psicóloga nos conta:

– As pessoas olham lá para fora e criam uma imagem de como as coisas são aqui dentro. Elas acham que só tem vagabundo, que ninguém quer trabalhar.

Aline nos mostra uma folha de papel, um ofício de comprovante de endereço que havia sido negado e deu exemplos de casos:

– Na hora de levar a documentação para começar a trabalhar, a empresa barrou. Disse que não aceita este comprovante. Numa outra situação, uma semana depois de contratada, mandaram a moça embora porque viram que ela morava aqui.

A independência financeira é essencial para que essas mulheres tenham alguma condição de melhorar sua situação, mas o preconceito cria um bloqueio.

“
De acordo com o Mapa da Violência 2015 – Homicídios de Mulheres no Brasil, em pouco mais de trinta anos o número de mulheres vítimas de homicídio aumentou 252%. Entre as vítimas, as mulheres negras são as prioritárias, assim como a maioria das mulheres que vive no albergue Maria Maria.

Perguntamos para Aline qual era o diferencial do Maria Maria, pois todas as mulheres com quem conversamos haviam elogiado o centro, e ela deu de ombros.

– Num dia elas elogiam, em outro reclamam. Ninguém gosta de estar aqui. Nem aqui nem em nenhum outro albergue – a psicóloga é pragmática.

Aline diz que conheceu a ONG por meio de uma amiga, então fez estágio e acabou voltando, e há três anos trabalha com assistência. Para ela, muitas coisas ainda precisam mudar para que o trabalho do Maria Maria não se encerre nele mesmo:

– Às vezes sinto que estamos enxugando gelo! Elas saem daqui e, às vezes, voltam pior ainda do que quando chegaram pela primeira vez.

Entretanto, Aline não é totalmente pessimista. Ela viu avanços desde que entrou no abrigo e se anima ao dizer:

– Apesar de poucas, algumas mulheres, hoje, chegam aqui com melhor consciência dos seus direitos. O debate aumentou, e elas já conseguem perceber melhor o que é uma violência e como pedir ajuda.

Para Mônica de Melo, professora de Direito Constitucional, coordenadora do grupo de pesquisa sobre direito, gênero e igualdade da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e defensora pública do estado de São Paulo, um dos caminhos para o combate à violência doméstica é desenvolver uma educação que direcione a sociedade para valores realmente igualitários. Segundo ela, a criação de leis como a Lei Maria da Penha, por exemplo, que se baseiem nesses princípios de igualdade, é muito importante para dar base a uma nova sociedade. Entretanto, a pesquisadora enfatiza: será preciso mais do que tê-las no papel.

– A lei é aplicada por pessoas, e o sistema jurídico reproduz estereótipos de gênero, situações patriarcais. Então, os aplicadores do direito precisam ser sensibilizados, formados e capacitados. Não basta ter lei, é preciso que a lei seja aplicada efetivamente – afirma.

Apesar de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica estarem suscetíveis a diferentes tipos de violência e terem maior dificuldade de procurar ajuda ou sair dessa situação, a cultura machista e patriarcal na qual a sociedade brasileira está inserida permeia todas as classes sociais, fazendo com que a violência doméstica não fique restrita às camadas mais pobres da população. É necessário, ainda, apontar que a violência doméstica não está circunscrita apenas nas relações entre os companheiros e suas companheiras. Para ilustrar essa questão conversamos com a Marta*, hoje com 45 anos de idade, casada e com duas filhas, uma com 28 e outra com 23 anos. Depois de



Mônica de Melo



passados quase 20 anos, ela reconhece que falar sobre o assunto a ajudou a continuar “levando a vida”. Ela aceitou conversar com a gente desde que o seu nome não fosse divulgado, menos para proteger a sua imagem, e mais pelos seus familiares, como ela mesmo fez questão de dizer.

“

Casos como esses não são minoria no histórico de agressão, muito pelo contrário: dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostram que 24,1% dos agressores das crianças são os próprios pais ou padrastos, e 32,2% são amigos ou conhecidos da vítima. Entretanto, a sociedade ainda age com surpresa ou incredulidade quando presencia esse tipo de situação.

– Eu senti que a Cláudia*, minha filha mais nova, estava diferente. Ela começou a ter desmaios, e eu passei a levá-la ao médico para descobrir se ela estava com alguma doença. Descobri que ela somatiza as coisas; quando ela tem medo, acaba desmaiando. Então fui perguntando para a Cláudia o que ela tinha, e, depois de muita insistência, ela me contou que o meu pai mexia com ela. Meu mundo caiu no chão.

Casos como esses não são minoria no histórico de agressão, muito pelo contrário: dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostram que 24,1% dos agressores das crianças são os próprios pais ou padrastos, e 32,2% são amigos ou conhecidos da vítima. Entretanto, a sociedade ainda age com surpresa ou incredulidade quando presencia esse tipo de situação.

– Você não espera que isso venha de alguém que você ama, que deveria “te” proteger! – complementa Marta.

A filha de Marta estava com 3 anos de idade quando esta descobriu que o próprio pai abusava da neta.

– Eu peguei ele pelo pescoço e disse que ele nunca mais ia fazer isso.

Foi buscando tratamento para a filha que Marta acabou se dando conta de que ela própria tinha sido vítima dessa situação.

– Descobri que, na realidade, ele também fazia isso comigo. Entendeu? Foi uma sequência de fatos que fez com que eu me desse conta de que ele também tinha abusado de mim, mas que, como eu era muito nova, minha mente tinha bloqueado. Passei a entender algumas sensações que eu sentia. Quando ele mexia na gente, ele manipulava; não existiu penetração. Eu me lembro da minha infância, de ter essa sensação de algo no meio das minhas pernas. Foram coisas que me marcaram, mas eu não entendia porque eu tinha isso. Por muito tempo eu achei que eu era uma pessoa muito diferente das outras. Com o tempo eu fui percebendo que minha parte sexual era bem mais aguçada do que a de uma criança da minha época.

O choque maior veio quando Marta tentou buscar apoio com a sua mãe:

“

– Eu senti que a Cláudia*, minha filha mais nova, estava diferente. Ela começou a ter desmaios, e eu passei a levá-la ao médico para descobrir se ela estava com alguma doença. Descobri que ela somatiza as coisas; quando ela tem medo, acaba desmaiando. Então fui perguntando para a Cláudia o que ela tinha, e, depois de muita insistência, ela me contou que o meu pai mexia com ela. Meu mundo caiu no chão.

– Quando contei para a minha mãe, ela disse que eu era culpada, porque eu sempre gostei mais do meu pai do que dela, porque eu sempre dei mais atenção para o meu pai do que para ela!

Ainda é forte, no Brasil, a mentalidade de que os problemas conjugais devem permanecer no espaço privado, o que dificulta ainda mais a tomada de decisão de denunciar ou buscar ajuda. A pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres” (Ipea, 2014) revelou que 63% dos entrevistados concordam, total ou parcialmente, que “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”; ao passo que 82% consideram que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

Depois da briga, os pais de Marta chegaram a se separar, mas voltaram a ficar juntos depois de um ano e meio. Ela nos conta que voltou a conversar com o pai depois desse tempo, mas que nunca o perdoou completamente. Quando perguntamos se ela se arrepende de não tê-lo denunciado, depois do silêncio, ela diz que sim e assume:

– Só não o fiz porque minha mãe pediu. O meu lado emocional em relação a ela falou mais alto. Ela dizia para eu pensar em como os vizinhos reagiriam, como ela ficaria. Hoje eu entendo... Ela teve outra educação.

Para Marta, seu pai apenas reproduziu a violência sofrida por ele mesmo na própria infância.

“

A pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres” (Ipea, 2014) revelou que 63% dos entrevistados concordam, total ou parcialmente, que “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”; ao passo que 82% consideram que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

– Meu pai ficou em um internato de padres, e eu cresci ouvindo ele sempre dizer o que os padres faziam com as crianças. Com certeza eles devem ter feito com ele também. Então ele reproduziu o que aprendeu.

Hoje o pai de Marta está paraplégico, resultado de um câncer em estágio avançado, e quem cuida dele é a própria filha.

– Contratei uma cuidadora para ficar com ele. Eu o tiro da cama, o coloco para dormir, mas dar banho, trocar, essas coisas eu não consigo fazer – desabafa.

Ela nos mostra que a realidade é muito mais complexa do que podemos imaginar e que a ideia de que o homem agressor é um monstro em todos os aspectos, incapaz de realizar coisas boas, é inexistente.

– É como se eu tivesse dois pais: um que eu amo, porque ele tem o lado bom nele; ele era uma pessoa superquerida mesmo, uma pessoa comunicativa, sempre me disse que a gente não é melhor do que ninguém, que a gente tem que servir a todos, tratar todas as pessoas igual. E tem esse lado que é ruim.

Para Marta, o que a ajudou a superar foi mesmo falar sobre o assunto.

– Uma coisa que me ajudou bastante foi nunca ter retido isso, deixado estagnado. A gente não pode sofrer esse tipo de coisa calada, se sentir culpada, porque não somos nós as culpadas, quem sofre é a vítima.

O Panorama da Violência contra as Mulheres no Brasil revela que 4.832 mulheres foram assassinadas em 2014;

somente no estado de São Paulo foram cerca de 613 homicídios, sendo o estado com maior número de casos, com maior parte das vítimas preta e parda, já que, para cada 100 mil mulheres no país, 4,6% eram pretas ou pardas.

Os estados do Amapá, Pará, Roraima, Pernambuco, Piauí e Espírito Santo apresentaram taxa de homicídio de mulheres pretas e pardas mais de três vezes superior à de mulheres brancas. Além disso, o panorama mostrou que, de 2006 a 2014, a taxa de homicídios das mulheres supracitadas aumentou em média 20%, e entre as mulheres brancas esse dado teve uma redução de 3%.

*Para esta matéria, foram utilizados nomes fictícios, a fim de preservar a identidade das mulheres. ■

“

O Panorama da Violência contra as Mulheres no Brasil revela que 4.832 mulheres foram assassinadas em 2014; somente no estado de São Paulo foram cerca de 613 homicídios, sendo o estado com maior número de casos, com maior parte das vítimas preta e parda, já que, para cada 100 mil mulheres no país, 4,6% eram pretas ou pardas.

Referências

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO – Dossiê Violência Contra as Mulheres. WASEILFISZ, J. J. Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília – DF. 2015.

A Educação como Instrumento de Transformação e Inclusão e seus Descaminhos Epistemológicos

Por Pedro Fernandes, Coordenador da região sudeste da Deficiência Visual da Secretaria da Pessoa com Deficiência do Solidarietà

Percebemos que a grande maioria dos problemas atualmente existentes na área educacional persiste há várias décadas. E, embora o período que vai de 1990 a 2010, tenha se comportado como um espelho de inúmeras tentativas e atitudes por parte dos entes gestores de cada fase do ensino-aprendizagem no sentido de inovar,



“A desordem é o melhor dos servidores para a ordem estabelecida.” (Jean Paul Sartre 1905-1980).

criar atrativos para seu público alvo, corrigir falhas estruturais e metodológicas, buscando a formação de um sujeito ativo e dinâmico que possa ser protagonista consciente de seus valores e de seu tempo; essas metas não se cumprem.

Tal situação evidencia que apesar dos muitos investimentos disponibilizados e dos novos projetos que foram sendo criados e recriados, os velhos problemas continuam esperando uma luz no final do túnel.

Faltam vagas em todos os níveis, falta preparo do corpo administrativo e de toda a cadeia pedagógica, de professores a orientadores, faltam condições estruturais e de apoio para que os ambientes das unidades escolares sejam conectados às realidades virtuais do momento; onde não podemos deixar de incluir o tema acessibilidade em toda a sua vertente. Mas sobra omissão entre os envolvidos.

Esse emaranhado de fatos agrava-se frente a profissionais que saem do ensino superior em direção à escola e sequer sabem planejar e compor custos, deixando ao final de duas décadas, uma geração de cidadãos inaptos e inertes diante da realidade de seu meio, e, por vezes, da própria vida. Esse é, sem dúvida, o perfil dos agentes da relação ensino-aprendizagem que iremos encontrar na maioria absoluta dos centros de ensino de nosso país e em todos os níveis que se vá.

Soluções fragmentadas, dissociadas da realidade presente na grande parte dos programas e projetos governamentais. Mudam-se detalhes nas diretrizes de tais propostas que acabam por torná-las totalmente desconexas de sua filosofia básica, criando dessa forma, um imenso vazio entre o ferramental que se leva para

dentro da escola e os resultados que obtemos – sem tesão não temos solução – gerando um legado de cidadãos apáticos e inertes a seu tempo.

Esse modelo de gestão que denominamos aqui como modelo fragmentado de gestão, não logrou êxito, não logrou consciência, revoluções, consciência ambiental e coletiva.

Basta uma análise rotineira e veremos índices que não recuaram, e onde houve melhora, a otimização (qualidade) ainda está longe de um patamar respeitável: estamos nos referindo ao analfabetismo, a evasão, e a marcante incapacidade que se expressa nos textos produzidos por esses cidadãos que, em todos os níveis, têm demonstrado o mais baixo índice de aproveitamento sobre as

metodologias que foram utilizadas na sua formação, nos evidenciando não a incapacidade para o aprendizado, mas a mais absoluta desconexão entre os elementos que montam essa cadeia.

Por vezes, temos a sensação de que “falamos em linguagem local e nos expressamos em grafia morta”. Nesse contexto bastante confuso, temos agora que abordar um tema que ficou à margem de tudo entre os outros e, assim, chegamos ao momento de confrontar essa estrutura com as convenções internacionais, as leis e normas vigentes na abordagem do tema “inclusão” e em toda a sua vertente. Tema esse que exige disponibilidade, tecnologia, dedicação dos agentes envolvidos e, especialmente, pessoas com atitudes multidisciplinares.

“

Faltam vagas em todos os níveis, falta preparo do corpo administrativo e de toda a cadeia pedagógica, de professores a orientadores, faltam condições estruturais e de apoio para que os ambientes das unidades escolares sejam conectados às realidades virtuais do momento; onde não podemos deixar de incluir o tema acessibilidade em toda a sua vertente. Mas sobra omissão entre os envolvidos.

Iremos encontrar esse aporte frente ao cenário já exposto?

Acreditamos que ainda iremos de-
mandar muita luta, pois o ambiente esco-
lar, sem dúvidas, é o caminho mais seguro
para abrir todas as portas intrínsecas ao
tema e essa entidade, a escola, está muito
longe de acatar essa nova demanda.

Colocada a problemática central, va-
mos elucidar algumas contradições:

De um lado, é seguro afirmar que os
projetos de educação para os três níveis
ainda permanecem presos ao ideário
positivista, e embora a escola não pa-
reça ser assim no discurso, é assim que
ela age como uma “entidade de controle
ideológico”, o que fica dedutível tendo em
vista a gama de projetos pedagógicos-e-
ducacionais que não levam em conta o
indivíduo na busca de aporte para o exer-
cício de suas potencialidades.

“

Acreditamos que ainda iremos de-
mandar muita luta, pois o ambiente es-
colar, sem dúvidas, é o caminho mais
seguro para abrir todas as portas intrín-
secas ao tema e essa entidade, a escola,
está muito longe de acatar essa nova de-
manda.

“

Por vezes, temos a sensação de que
“falamos em linguagem local e nos ex-
pressamos em grafia morta”.

Quando associamos o comporta-
mento punitivo dos agentes do ensino
-aprendizagem, com o exercício de pro-
gramas e planejamentos fragmentados e
sem conexão com as diretrizes básicas e
ao cenário de cada unidade de ensino, fica
evidente que os montantes investidos ao
longo de décadas não é o bastante para
romper esta inércia que, via de regra, co-
loca a educação como uma mercadoria de
prateleira que irá ser embalada de acordo

com a ocasião, tão somente, como algo
que se produz em um locus externo de
modo indutivo e automático, sem con-
siderar a contrapartida: um conjunto de
práticas que interferirá diretamente na
forma de recepção das soluções tecno-
lógicas possíveis, especialmente àquelas
que visam atender públicos diferenciados
– fato óbvio! Esses sujeitos não são vi-
síveis.

Para maquiar esse contexto e igno-
rar os eventuais sujeitos, criam-se cená-
rios bonitos e bem articulados, com tec-
nologias de massa que nos montam uma
unidade escolar moderna e democrática,
porém vazia e sem conteúdo prático.

*Integrar imagens, textos, sons, víde-
os, animação e mesmo a interligação de
informações em sequências não-lineares,
como ocorre na produção de ferramentas
de multimídia e hipermídia, não garan-
tem a boa qualidade pedagógica. É essa
a educação que tenta “acompanhar” a
revolução das tecnologias da informação?
É dessa forma que estaremos preparando
as futuras gerações para terem acesso às
redes de comunicação e de informações?
E com que vistas ao ideário da inclusão e*

1 Bíblia Sagrada, Tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous (Bélgica). 91 ed. Editora Ave Maria Ltda, 1994.

*da acessibilidade? Como iremos abordar e inserir essa temática
em um ambiente de ensino-aprendizagem no qual impera a lei da
exclusão? ”.¹*

Ora, na prática diária de uma relação de ensino-aprendiza-
gem encontram-se subjacentes modelos de educação e de es-
cola fundamentados em determinadas teorias do conhecimento
e da aprendizagem. Ao mesmo tempo em que a educação é in-
fluenciada pelo paradigma da ciência, essa também a determina.
O modelo da ciência que explica a nossa relação com a natureza
e com a própria vida, esclarece também a maneira como apreen-
demos e compreendemos o mundo, mostrando que o indivíduo
ensina e constrói o conhecimento a partir de como ele compre-
ende a realização desses processos.

Paradigma refere-se a modelos ou a padrões compartilha-
dos que permitem a explicação de certos aspectos da realidade.
É mais do que uma teoria, implicando em uma estrutura que ger-
ras novas teorias. Em síntese, estamos nesse momento diante

“

Gradativamente esse mo-
dus-vivendi vai sendo incor-
porado por uma nova visão
baseada no conhecimento
experimental e na lógica, que
culmina com a consolidação
das máquinas composta de
objetos distintos, decorrentes
das mudanças revolucioná-
rias na Física e na Astrono-
mia que ocorreram a partir
de Copérnico.

de um conjunto de valores que agem conjuntamente e de modo
sincronizado – ciência, empirismo, iluminismo e revolução in-
dustrial – eventos que de modo articulado formaram um novo
conceito de mundo a partir dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.

Os tempos idos dos séculos XVI e XVII, consolidaram a rup-
tura com o modelo medieval, no qual a natureza, de um modo
absolutamente geral, era vivenciada como uma relação sagrada,
cabendo aos homens conduzir sua vida subordinando seus an-
seios aos ciclos naturais “um modo de vida orgânico”, onde uma
relação de respeito entre os fenômenos materiais e os exoté-
ricos complementam e sustentam-se, colocando os interesses
individuais em segundo plano em relação ao coletivo.

Gradativamente esse *modus-vivendi* vai sendo incorporado
por uma nova visão baseada no conhecimento experimental e na
lógica, que culmina com a consolidação das máquinas composta
de objetos distintos, decorrentes das mudanças revolucionárias
na Física e na Astronomia que ocorreram a partir de Copérnico.

Essa época, chamada de Idade Moderna, teve como fatores
marcantes o Renascimento, os grandes descobrimentos maríti-
mos e o Racionalismo. Tempos marcados por figuras, até então,
incontestes no cenário da ciência como Galileu, Copérnico, Lei-
bniz, Isaac Newton e Descartes, que abriram caminho para um
novo modo de relacionar-se com a natureza baseado no conhe-
cimento “objetivo”, obtido pela experimentação e na observação
controlada, buscando o critério de verdade na experimentação
(sensação) e na lógica matemática (razão). Essa visão deu ori-
gem a duas correntes filosóficas importantes: o Racionalismo e
o Empirismo. Foi o período do primado da razão, no qual a es-
sência do ser estava na deusa Razão e que por meio da racio-
nalidade, atingia-se a verdade e solucionavam-se os problemas.
Acreditava-se que todo pensamento lógico era verdadeiro.

Aqui, é importante notar que alguns desses homens e mu-
lheres que sustentaram essas teses estavam por vezes a mais
de dois séculos à frente de seu tempo, a exemplo os postula-
dos sobre essa lógica defendida por Gottfried Wilhelm Leibniz
(1646-1716), que em um manuscrito intitulado “De Arte Com-
binatória”, traçou os postulados da nossa atual computação mo-
derna: “todo raciocínio ou descoberta, verbal ou não, é redutível
a uma combinação lógica ordenada de palavras, números, sons
ou cores...” (Leibniz).

Vamos nos atentar então que desse modo, toda a verdade existia fora do sujeito, dependendo do conhecimento exterior captado pelos órgãos dos sentidos. Um mundo sensorial limitado aos cinco sentidos (visão, olfato, paladar, tato e audição), tudo passa a caminhar em ordem crescente do mais simples ao mais complexo.

PENSO LOGO
EXISTO “ERGUS
COGITUS SUN”

Mente e matéria passam a se enfrentar na busca do lugar mais alto do podium, de modo que o mundo era concebido como uma máquina perfeita que poderia ser descrita de modo objetivo e independente do observador humano. O progresso era linear, irreversível e unidirecional, fundado na ordem natural, política e social. É toda uma visão de mundo fundamentada na ciência da ordem, no mecanicismo e no determinismo.

“

Como consequência, o papel do sujeito se torna desprezível e insignificante toda vez que esse se posicionar de modo a contrariar tais princípios; o que impõe modelos cada vez mais rígidos e autoritários.



Jean Paul Sartre



Como consequência, o papel do sujeito se torna desprezível e insignificante toda vez que esse se posicionar de modo a contrariar tais princípios; o que impõe modelos cada vez mais rígidos e autoritários. Seguindo essas diretrizes, o aluno (discípulo), ao se apresentar para receber noções de conhecimento e montar seu ferramental para a vida, tem de ser obediente e pouco atuante.

Desta base conceitual, dois aspectos fundamentais precisam ser destacados: a separação entre conhecimento científico e o conhecimento proveniente do senso comum, e a separação entre natureza e pessoa humana.

A partir dessa época, todos os princípios epistemológicos e filosóficos positivistas presentes no estudo da natureza desde o século XIV, começaram a ser aplicados aos fenômenos sociais como se fossem naturais, apesar da profunda diferença entre eles. Com base em uma sociologia mecanicista, compartimentada e reducionista, os indivíduos foram sendo divididos em classes e castas, subordinados a estruturas sociais rígidas com papéis e funções definidas, sob regimentos e disposições

“

“Toda vez que uma fresta de liberdade irradia a alma humana; esta estará imune aos ídolos, aos deuses, aos padres, e especialmente aos pastores...”
(Jean Paul Sartre – 1905-1980).

que tentavam colocar ordem no aparente caos, na complexidade, na efervescência e na inquietação.

“

Constata-se, portanto, que a interdisciplinaridade e as multidimensões são campos ignorados, aspecto que nos leva a reconhecer que a ciência clássica desintegrou o ser, a sociedade, a natureza e a própria dinâmica da vida; e não podemos deixar de notificar com radicalidade que a educação, em todos os seus aspectos, foi remodelada segundo esse novo paradigma que até nossos dias está presente dentro das unidades de transmissão do conhecimento com pleno aval da pedagogia tecnicista e da sociologia – duas ferramentas que precisam ser banidas desse cenário, inclusive para que possamos abrir as portas para a inclusão e acessibilidade.

“Toda vez que uma fresta de liberdade irradia a alma humana; esta estará imune aos ídolos, aos deuses, aos padres, e especialmente aos pastores...” (Jean Paul Sartre – 1905-1980).

Mente e matéria passam a se enfrentar na busca do lugar mais alto do podium, de modo que o mundo era concebido como uma máquina perfeita que poderia ser descrita de modo objetivo e independente do observador humano. O progresso era linear, irreversível e unidirecional, fundado na ordem natural, política e social. É toda uma visão de mundo fundamentada na ciência da ordem, no mecanicismo e no determinismo.

Realização:

Fundação 1º de Maio

Samanta Costa • Presidente

Sandoval Fernandes • Vice-presidente

Juliano Pasqual • Diretor Executivo

Diógenes Sandim • Diretor Técnico

Maria Izabel Simões • Diretora Financeira

Cláudio do Prado Nogueira • Coordenador de Políticas Públicas



www.fundacao1demaio.org.br



/fundacaoidemaio



Fundação 1º de Maio



/fundacao 1ºdemaio

Rua Antônio Tavares, 173 – Cambuci - São Paulo/SP - CEP 01542-010 - (11) 3207-1210